

SUMÁRIO

A RELEVÂNCIA DOS CUSTOS COM AS PERDAS DE MERCADORIAS A GRANEL DURANTE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA UMA TRANSPORTADORA DE MATO GROSSO.....	2
Hérta De Fátima Claudino	2
Evaldo Rezende Duarte	2
Jailson Da Conceição Teixeira	2
EFICIÊNCIA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NA REGIÃO DO VALE DO SÃO LOURENÇO NO QUADRIÊNIO 2013-2016.	18
Valtean Da Silva Xavier	18
Evaldo Rezende Duarte	18
Jailson Da Conceição Teixeira	18
AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIOINTERACIONISTA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	31
Gislene Souza Oliveira	31
Edivania Alves Dos Santos	31
Danielli Márcia Pereira Rheinheimer	31
Francinete Souza Mendes Da Silva	31
CHEQUE PÓS-DATADO E SEUS ASPECTOS INDENIZATÓRIOS: Da responsabilidade civil e aspectos indenizatórios.....	42
Marla Denilse Rheinheimer	42
SAÚDE ESCOLAR: A IMPORTANCIA DA BOA ALIMENTAÇÃO PARA AS CRIANÇAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL: Atendimento a Educação Infantil e Fundamental 1º ciclo	57
Jaciane Lopes Da Silva.....	57
Lucimara Paes Dias	57
Eliane Da Silva Costa.....	57
Karla Fernanda Proença Costa	57
UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS NO ENSINO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	65
Flávia Cristina Dias Lopes De Sousa	65
Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra	65

A RELEVÂNCIA DOS CUSTOS COM AS PERDAS DE MERCADORIAS A GRANEL DURANTE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA UMA TRANSPORTADORA DE MATO GROSSO.

Héríta De Fátima Claudino¹

Evaldo Rezende Duarte²

Jailson Da Conceição Teixeira³

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a relevância dos custos com as perdas de mercadorias ocorridas durante o transporte rodoviário a granel para uma transportadora de carga do Mato Grosso, tratando e evidenciando como estas perdas de mercadorias afetam e provocam prejuízos financeiros para a empresa. As técnicas utilizadas para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso em uma transportadora de cargas a granel no Mato Grosso. A amostra caracteriza-se por vinte veículos que representam 1,66% da frota total da empresa, após o resultado da amostra para o período realizou-se projeção a fim de evidenciar o resultado para toda a frota num exercício financeiro. Avalia-se como resultado da pesquisa que existem perdas significantes, frequentes e contínuas durante o transporte e que estas provocam prejuízos financeiros relevantes. Que conforme a magnitude do resultado deveria haver maior atenção a fim de minimizar os gastos provocados pelas perdas.

Palavras Chave: Custos, Logística, Perdas, Transporte.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the relevance of costs with the loss of goods during bulk transportation to a cargo carrier in Mato Grosso, treating and evidencing how these merchandise losses affect and cause financial losses for the company. The techniques used for data collection were bibliographic, documentary research and a case study on a bulk carrier in Mato Grosso. The sample is characterized by twenty vehicles representing 1.66% of the total fleet of the company, after the result of the sample for the period was projected in order to evidence the result for the entire fleet in a financial year. It is assessed as a result of the investigation that there are significant, frequent and continuous losses during transportation and that these cause significant financial losses. That according to the magnitude of the result should be more attention in order to minimize the expenses caused by the losses.

Keywords: Costs, Logistics, Losses, Transportation.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale. E-mail: herita.c@hotmail.com

² Professor de Ensino Superior; Especialista em Gestão Empresarial/UNIR; Especialista em Gestão Pública Municipal/UFMT e Mestre em Ciências Contábeis/FUCAPE. Email: erezende_9@hotmail.com

³ Professor de Ensino Superior; Especialista em Tecnologia de Gestão Pública/ESAB; Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário/UNIC e Mestre em Ciências Contábeis/FUCAPE. Email: jailsoncontador@outlook.com

INTRODUÇÃO

O mercado global amplo e cada vez mais competitivo, e a busca pela eficiência têm feito vários gestores pensarem sobre o tema gestão de custos. A influência dos custos na formação dos preços de produtos/serviços é evidente e dessa forma seu estudo torna-se imprescindível.

A presente pesquisa avalia a relevância dos custos com as perdas de mercadorias ocorridas durante o transporte para uma transportadora de carga do Mato Grosso, sugerindo alternativas para a minimização destas perdas, e destacando fatores que contribuem para a redução destas perdas. Este trabalho se propõe a responder a questão pertinente, se as perdas de mercadorias ocorridas durante o transporte são relevantes para esta empresa dentro do contexto de custos de transportes.

O trabalho se atentou em apresentar as definições de contabilidade de custos, classificando os gastos, definindo os custos na prestação de serviço enfatizando a gestão de custos e a logística tratando-se também do custo na prestação de serviços; dos custos logísticos, destacando o transporte, suas vantagens e desvantagens, ressaltando o fato gerador das perdas no transporte rodoviário.

Para analisar o custo com as perdas de mercadorias no transporte e sua relevância para esta empresa transportadora de cargas, realizou-se um estudo de caso nesta transportadora num período de três meses, com a amostragem de 1 lote de 20 placas (veículos), movimentando soja e farelo de soja transportados a granel. Houve, durante a pesquisa, um processo rigoroso de análise destas perdas de mercadorias entre o período de fevereiro a maio de 2015, obtendo informações através de relatórios de carga e descargas de mercadorias apresentados pela empresa. A fim de verificar a magnitude das perdas, utilizou-se o resultado da amostra para projetar as perdas do universo da frota estendendo também a projeção do resultado para o período de um ano.

A motivação para a realização da pesquisa surge da grande quantidade de soja e farelo de soja observada às margens da BR 364, em razão disso surge a necessidade da avaliação para possível orientação aos gestores do transporte, e principalmente mensurar as perdas de mercadorias e seus reflexos econômicos, assim como evidenciar a ocorrência de desperdício de alimentos.

Entende-se que as empresas de transporte mais eficientes e competitivas são aquelas que identificam com maior precisão estes desperdícios de grãos, priorizando formas de reduzir ou até mesmo eliminar estes desperdícios ocorridos durante o transporte.

Os resultados apontam que estas perdas provocam custos desnecessários nos transportes e afeta o patrimônio da empresa, ressalta-se que mesmo não sendo o foco da pesquisa não pode-se deixar de mencionar os reflexos sociais e ambientais provocados pelas perdas que vão desde o desperdício de alimentos até a morte de inúmeros animais que se acidentam ao se aproximar das rodovias em busca destes alimentos.

Assim espera-se com a presente pesquisa despertar o interesse para minimizar estas perdas que provocam prejuízos financeiros, sociais e também ambientais.

O trabalho aqui apresentado se dividiu em quatro etapas. A primeira parte aborda a introdução, em seguida apresenta-se o referencial teórico, a metodologia e por fim a análise de dados.

2 DEFINIÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um dos ramos mais importante da contabilidade, pois desde um pequeno comercio familiar, até uma multinacional de tecnologia de ponta, necessitam entender os conceitos, técnicas e princípios da contabilidade de custos, para que os gestores possam ter condições de tomarem decisões, para não ocorrer a classificação de algum gasto de forma equivocada que possa colocar em risco a continuidade do negócio.

A contabilidade de custos vem passando por um processo de evolução e mudanças tanto nos seus conceitos como nas suas técnicas e princípios. Neves & Viceconti (2008) apontam que a contabilidade de custos que mensurava apenas estoques industriais, passou a ser utilizada para fins gerenciais, fornecendo dados que auxiliam o controle e a tomada de decisão dos gestores.

Maher (2001) define a contabilidade de custos de uma maneira pragmática, afirmando que a contabilidade de custos é um complexo processo, e para classificar um custo, primeiramente é necessário organizar as informações que serão relevantes á custos, depois descrever e relatar estas informações de maneira bem clara a ser tratada, para que ocorra a mensuração destes custos.

Neves & Viceconti (2008), afirmam que a contabilidade de custos é uma ciência que esta interligada diretamente com a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial, pois a contabilidade financeira cuida do patrimônio da empresa e investiga suas variações, e, além

disso, demonstra como está a saúde financeira da empresa para que as entidades que forem oferecer benefícios a esta empresa tais como empréstimos, ações, acompanhem o desenvolvimento desta empresa. Já a contabilidade gerencial oferece um suporte no processo de iniciativa e aperfeiçoamento de tomada de decisão através dos dados contábeis.

Portanto, é muito importante entender a definição da contabilidade de custos e seu conceito, para avaliar e classificar os gastos de maneira correta, pois entende-se que o custo é uma das subdivisões do gasto.

2.1 CLASSIFICAÇÕES DOS GASTOS

Os gastos geralmente se subdividem em investimento, custos, despesas e perdas. Necessita-se de um estudo profundo para melhor avaliar cada uma dessas subdivisões. Sendo assim, faz-se a aplicação correta em cada produto ou serviço, para que nada seja classificado de forma errônea.

Ribeiro (2009, p.20), define como sendo Gasto “[...] um desembolso a vista ou a prazo para a obtenção de bens ou serviços, independentemente da destinação que estes bens ou serviços possam ter na empresa”.

Já Neves & Viceconti (2008), definem como gasto quando a empresa vai adquirir um novo bem ou serviço, cede-se parte de seu ativo geralmente em dinheiro para a obtenção deste bem ou serviço.

Conforme Leone (2000, p.53), o gasto é enfatizado como sendo uma visão de compromissos entre a empresa e as transações. “[...] vamos entender por gasto o compromisso financeiro assumido por uma empresa na aquisição de bens ou serviços, o que sempre resultará numa variação patrimonial.”

Já Martins (2001, p.25), define gasto como sendo um “[...] sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos”.

Numa empresa prestadora de serviço, pode-se exemplificar a aquisição de uma carreta para a prestação de serviço como sendo um gasto, pois a empresa irá adquirir um bem e este bem será empregado na prestação de serviço.

Leone (2000), afirma que o gasto nada mais é que adquirir um bem ou um serviço, e posteriormente este bem ou serviço será utilizado pela empresa que o adquiriu, logo isto é um gasto, pois se for pago a vista diminuirá os recursos do caixa, e se for a prazo, aumentará as contas a pagar, gerando variações patrimoniais. São alguns exemplos de gasto: compra de

mercadorias para revender, compra de material de escritório para ser utilizado imediatamente, gasto com honorários para o pessoal da diretoria.

Neves & Viceconti (2008) e Martins (2001), descrevem a despesa como sendo um gasto que tem por objetivo originar uma receita;

Portanto, entende-se que a despesa se torna um gasto intencional e não estão ligados ao processo produtivo; pois são gastos indispensáveis para a manutenção do negócio da empresa, como por exemplo, os gastos de distribuição; promoção do produto, a comissão do vendedor, por exemplo, é um gasto que se torna imediatamente uma despesa.

2.2 CUSTOS

Para se produzir um bem ou um serviço, é necessário consumir, comprar os materiais adequados. É através deste consumo que se origina o custo, pois o custo faz parte do processo de produção.

Ribeiro (2009), define que o custo também é um gasto, mas ele é reconhecido somente no momento do uso e transformação dos fatores de produção. Adota-se a madeira como exemplo de insumo. No momento que nos compra-se a madeira ela se torna um gasto, que posteriormente se torna um investimento enquanto esta estocada. A partir do momento que a madeira é transformada em uma mesa, surge aí o custo da matéria prima como parte integrante do produto final.

Lima (1987), tem uma visão econômica sobre custos “entende-se por custo toda e qualquer aplicação de recursos, ...para a produção e distribuição de mercadorias (ou prestação de serviços) até o ponto em que se possa receber o preço convencionado”.

Ribeiro (2009), informa que “[...] o custo integra o produto, vai para o estoque e aumenta o ativo circulante [...] e ao integrar o valor do produto fabricado, será totalmente recuperado pela empresa por ocasião da venda do respectivo produto”.

Segundo Berti, (2010), “custo é o consumo de bens ou serviços, empregados na produção de outros bens ou serviços”.

Fazendo analogia com estes conceitos aos gastos de uma transportadora, conclui-se que tudo o que engloba a prestação de serviço é custo; como por exemplo, revisão do caminhão, depreciação, licenciamento, seguro, combustível, mão de obra, pneus, lona, são classificados como custo porque pertencem ao caminhão, e o caminhão faz parte do processo de serviço. Já o salário que é pago para um funcionário do financeiro para

lançamento do frete, é uma despesa, pois o mesmo não faz parte diretamente do processo de produção ou prestação de serviço.

Assim todas as empresas necessitam de gestão de custos eficiente, para identificar e classificar o que é custo direto, indireto, fixo e variável evitando assim, classifica-los de uma forma indevida e consequentemente gerando informações financeiras distorcidas.

2.2.1 CUSTO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Originalmente a contabilidade de custos, iniciada durante a revolução industrial tem como premissa a valoração do estoque, bem como o controle e monitoramento dos gastos de produção, Martins (2001). Desta forma percebe-se que para utilizar a contabilidade de custos a fim de mensurar prestação de serviços é necessário fazer analogias e adaptações de acordo com os princípios iniciais da Contabilidade de Custos.

Para Ballou (2004) na prestação de serviço, ou transporte, em cada serviço há características distintas de custos, pois sempre haverá serviços com maiores vantagens tarifárias, e outros, com menores vantagens.

O custo no transporte pode ser fixo ou variável, e isso depende de uma interpretação e estudo intenso, para identifica-los de maneira adequada.

Para Horgren, Foster & Datar (1997), os custos variáveis são proporcionais, ou seja, à medida que se aumenta o montante da produção final o custo também aumentará, e geralmente é calculado multiplicando o montante do custo de um produto intermediário pelo montante o custo dos produtos final.

Já Berti (2010) indica como custo variável o “custo que ocorre em função de uma referencia (produção, serviço, etc.). Quanto maior o volume das atividades, maior será o custo variável, ou seja, é diretamente proporcional ao volume de operações (normalmente produção)”.

Dessa forma pode-se avaliar que os custos que oscilam na prestação de serviços de transporte são variáveis como: combustível, mão de obra do motorista, pedágio, pneus e perdas de mercadorias que são descontadas do valor a ser recebido pela empresa, assim impactam as finanças como se fosse um gasto (custo). Segundo Martins (2001) perdas previsíveis e constantes fazem parte do processo produtivo tornando-se custo direto e variável.

Portanto, os custos variáveis em uma transportadora de cargas são identificados por variarem conforme a demanda de fretes/ prestação de serviços.

Sobre os custos fixos Horgren, Foster & Datar (1997) destacam que os custos fixos, à medida que aumenta o montante da produção final num dado período de tempo, os custos fixos continuam estagnados, permanecendo com o mesmo valor.

Berti (2010) comenta que o custo fixo é aquele que ocorre na empresa independente do volume de atividades, sendo os mais comuns: aluguel administrativo, retiradas de diretores (pró-labores), depreciação de móveis e imóveis administrativos.

Conforme esta teoria pode relacionar os custos aos gastos no transporte, considerando-se como custos fixos aqueles que não variam, ou seja, independente da quantidade de prestação de serviço, ele continua constante. Em uma transportadora de cargas, pode-se classificar como custo fixo, licenciamento do caminhão e seguro do veículo, salários do pessoal administrativo, depreciação do veículo, manutenção e reparos mecânicos.

2.5 LOGÍSTICA: DEFINIÇÃO E HISTÓRICO

A logística nasceu da necessidade de uma eficiente distribuição, produção e comércio de produtos, armas, soldados, durante a guerra, e sua evolução se tornou um instrumento indispensável para as empresas nos rendimentos desde a produção, armazenagem e distribuição, assim como no transporte, tornando-se um assunto indispensável quando se trata de logística independentemente do porte da empresa. Conforme Ching (1999) a logística, existente desde a década de 40, foi utilizada pelas Forças armadas norte-americanas. Relacionava-se com todo o processo de aquisição e fornecimento de materiais durante a 2ª Guerra mundial.

Segundo Ballou (2001), durante a 2ª Guerra Mundial, a Europa foi tomada porque os militares organizaram e realizaram uma eficiente operação logística, pois souberam como estocar e distribuir os alimentos e armamentos que serviriam durante a guerra de maneira adequada a cada base, sem haver perdas durante este armazenamento e transporte.

Conforme Rosa (2011) a logística pode ser definida como a prestação de serviço ao menor custo, da melhor forma, e deslocado mais rapidamente, agregando valor ao produto e dando resultados positivos aos acionistas e aos clientes. Tudo isso respeitando a integridade humana de empregados e a preservação do meio ambiente (grifo nosso).

Dessa forma a Logística vem passando por transformações, desde a sua primeira utilização até a atualidade, buscando sempre o conforto e satisfação de clientes.

Para Dias (1993) apud (Gomes & Ribeiro, 2004), “a logística é responsável pela movimentação de materiais e produtos, através da utilização de equipamentos, mão de obra e

instalações, de tal forma que o consumidor tenha acesso ao produto na hora e com o menor custo que lhe convenha”.

Figueiredo e Arkader apud (Gomes & Ribeiro, 2004) descrevem que a logística se estendeu por cinco eras, a partir do século XX até a atualidade, conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 2 – As cinco eras da Logística

Período	Era	Função
Início do século XX.	Do Campo ao Mercado	Destinada ao escoamento da produção agrícola.
De 1940 ao início da década de 1960.	Funções Segmentadas	Movimentação de Materiais (armamentos e transporte de bens).
Início da década de 1960 ao início da década de 1970.	Funções Integradas	Integração das operações logísticas: custo total, transportes, distribuição, armazenagem, estoque e manuseio de materiais.
De 1970 até metade dos anos 80.	Foco no Cliente	Produtividade e custos de estoques. Incluída como matéria nos cursos de Administração de Empresas.
Atualmente	Logística como elemento diferenciador	Globalização, tecnologia da informação, responsabilidade social e ecologia.

Fonte: Adaptado (GOMES & RIBEIRO, 2004).

Conforme Rosa (2011), muitos associam a logística somente ao transporte e armazenagem, porém a logística vai muito além, mantendo uma ligação direta com o transporte, estocagem e armazenamento de produtos, com objetivo de manter a eficiência desde o fornecimento de produtos / serviços até a entrega do produto final aos clientes, com o menor custo e perdas possíveis, e com satisfação total dos clientes.

Para Novaes (2007), os elementos básicos da logística se formam através de um conjunto que envolve principalmente fornecedores, colaboradores distribuidores, estes, porém tendo obrigações e cumprindo com metas e objetivos apresentados.

Portanto, a logística é a busca pela máxima eficiência principalmente em que trata-se de transportes.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2010), “pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Silva & Menezes (2000), definem metodologia científica “como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas que devem ser vencidas na investigação de um fenômeno”.

O presente estudo caracterizou-se pelo método dedutivo, a natureza da pesquisa é aplicada, a abordagem do problema é predominantemente quantitativa, sendo exploratória do ponto de vista dos objetivos, onde se potencializou os procedimentos técnicos utilizando pesquisa bibliográfica e documental e por fim realizando um estudo de caso em uma empresa de transporte rodoviário de cargas a granel no Estado de Mato Grosso.

Iniciou-se a pesquisa no mês de Fevereiro devido os meses de Dezembro a Janeiro a empresa conceder férias coletivas aos motoristas, sendo assim, não havendo possibilidade de coletar dados neste período.

A amostra de pesquisa representa 1,66% do universo composta por 20 veículos durante três meses no ano de 2015. Posteriormente foi realizada projeção a fim de demonstrar o resultado para toda a frota (1.200 veículos) para o período de um ano.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa enfatizou o levantamento das diferenças de peso entre o ponto de origem e o ponto de destino, a perda de mercadorias ocorrida no transporte tanto em quantidade, quanto em valores monetários, e qual foi a relevância desta perda para a empresa no período pesquisado.

Para os fretes contratados pelo armazém x, que são soja a granel e farelo de soja a granel, este armazém concede uma tolerância de quebra (perda) de 0,20% sobre o peso descarregado. Porém esta tolerância não é padrão, podendo ser variável de um terminal para outro.

Porém, existem casos que as perdas sobre os pesos descarregados ultrapassam a tolerância dos 0,20%. Nestes casos esta perda de mercadoria é descontada do frete, sendo na maioria dos casos, valores relevantes para a empresa provocando prejuízos financeiros.

Esta perda de mercadoria acarreta prejuízos para a empresa e também impacta o meio ambiente, pois o que exceder 0,20% de perda sobre o peso de destino é descontado diretamente do frete, ou seja, existem prejuízos de várias formas, estas diferenças estabelecem perdas irreparáveis tanto para a empresa, como para a economia brasileira, sendo que parte destas perdas se dá por descuido por parte dos motoristas em verificar se as lonas de seus caminhões estão introduzidas de maneira correta, evitando vazamento nos caminhões; balança mal calibradas, e até mesmo fraudes, pois durante a pesquisa observou-se que um motorista X alega que a carreta esta vazando provocando perda elevada de mercadoria, logo motorista y passou a utilizar o mesmo veículo e apresentou perda de mercadoria insignificante.

Para se levantar os valores monetários de perdas, foi feita uma tabela demonstrando peso de origem e destino, perda em quantidade, tolerância em quantidade, e a perda em valores monetários. Sendo o período de três meses e 20 placas (veículos), a base para a análise desta pesquisa.

Primeiramente foram coletados os pesos de origem e destino de cada placa conforme quadro 2.

Quadro 2 – Fretes com perdas de mercadorias em KG e em R\$ que ultrapassaram a tolerância.

Placa	Peso Origem KG	Peso Destino KG	Perda KG	Tol. KG	Perda KG descontada	Vlr. Perda R\$	Vlr. Frete Bruto R\$
x1	586.250	582.950	3.300	1.165,90	2.134,10	2.412,18	62.237,05
x2	440.620	436.560	4.060	873,12	3.186,88	3.440,47	40.940,44
x3	358.760	356.170	2.590	712,34	1.877,66	2.176,77	41.008,50
x4	220.880	218.700	2.180	437,40	1.742,60	1.926,60	19.482,87
x5	354.220	352.290	1.930	704,58	1.225,42	1.109,86	33.232,78
x6	480.810	477.900	2.910	955,80	1.954,20	2.266,66	42.843,56
x7	368.900	366.790	2.110	733,58	1.376,42	1.494,29	28.034,93
x8	611.440	609.110	2.330	1.218,22	1.111,78	1.084,18	57.853,98
x9	408.200	406.330	1.870	812,66	1.057,34	1.141,73	35.291,82
x10	255.300	253.650	1.650	507,3	1.142,70	1.259,65	22.693,76
x11	294.280	292.380	1.900	584,76	1.315,24	1.434,34	27.867,85
x12	537.490	535.360	2.130	1.070,72	1.059,28	1.204,85	59.128,75
x13	442.300	440.360	1.940	880,72	1.059,28	1.096,47	36.824,50
x14	367.040	364.880	2.160	729,76	1.430,24	1.643,39	36.067,63
x15	405.670	404.060	1.610	808,12	801,88	847,39	33.874,20
x16	292.880	291.030	1.850	582,06	1.267,94	1.468,38	28.661,10
x17	365.030	363.220	1.810	726,44	1.083,56	1.222,78	33.524,17
x18	294.200	292.390	1.810	584,78	1.225,22	1.329,60	23.471,82
x19	259.680	258.230	1.450	516,46	933,54	1.020,61	22.753,09
x20	374.920	372.900	2.020	745,80	1.274,20	1.465,01	29.760,89
Total	7.718.870	7.675.260	43.610	15.350,52	28.259,48	31.045,21	715.553,69

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro acima demonstra a amostra da pesquisa 20 placas (veículos) movimentando num período de três meses onde foram descarregados 7.675.260 kg (sete milhões seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos e sessenta kilos) de mercadorias e que a tolerância seria 15.350,52 kg (Quinze mil trezentos e cinquenta kilos e cinquenta e duas gramas), porém o resultado apresenta perda de 43.610 kg (quarenta e três mil seiscentos e dez kilos) de mercadoria; ou seja, esta perda ultrapassou 28.259,48 kg (vinte e oito mil duzentos e cinquenta e nove kilos e quarenta e oito gramas) o limite estipulado como tolerância pela contratante.

Este resultado provocou para a empresa um prejuízo financeiro total no período de R\$: 31.045,21 (Trinta e um mil, quarenta e cinco reais e vinte um centavos), ressalta-se que este resultado de prejuízo ocorreu acima do limite de 0,20% de tolerância estabelecido pelo contratante.

Este resultado representa perda de 0,5681% do volume transportado, valor bastante acima do estimado pela contratante de 0,20%, mesmo que este resultado não represente prejuízo em sua totalidade, já que em alguns casos a perda de mercadoria não ultrapassa 0,20%, não havendo prejuízo financeiro mantêm-se os prejuízos sociais com desperdício de alimentos e prejuízos ambientais com a morte de animais em busca de alimentos.

A seguir será evidenciado o resultado caso o contratante estimasse tolerância zero, não admitindo nenhum tipo de perda durante o transporte. Este resultado ajudará a observar a magnitude de prejuízo a que a empresa está exposta.

Quadro 4 – Soma do peso no transporte considerando-se tolerância zero.

Placa	Peso Origem KG	Peso Destino KG	Perda KG Desc.	Vlr. Mercadoria KG	Vlr. Perda R\$	Vlr. Frete Bruto
x1	880.720	877.420	3.300	984.564,39	3.689,10	90.657,57
x2	440.620	436.560	4.060	479.022,20	4.413,85	40.940,44
x3	665.140	662.360	2.780	741.201,95	3.097,91	68.510,25
x4	587.820	585.370	2.450	627.724,07	2.616,32	52.442,90
x5	760.320	758.020	2.300	792.470,22	2.397,26	68.782,39
x6	937.780	934.760	3.020	1.032.892,22	3.326,30	83.730,39
x7	595.950	593.750	2.200	597.318,63	2.205,05	48.748,29
x8	918.140	915.650	2.490	950.764,51	2.578,48	85.076,55
x9	919.060	916.960	2.100	916.753,20	2.094,73	75.624,78
x10	364.900	363.230	1.670	353.148,60	1.616,22	29.961,56
x11	490.400	488.400	2.000	527.747,41	2.152,31	49.574,56
x12	979.400	976.990	2.410	1.072.841,52	2.639,93	110.044,14
x13	884.530	882.570	1.960	911.661,33	2.020,12	81.862,49
x14	476.550	474.270	2.280	558.109,80	2.670,21	45.765,95
x15	912.770	910.930	1.840	937.790,27	1.890,44	71.561,32
x16	511.870	509.900	1.970	606.112,60	2.332,71	46.864,61
x17	621.190	619.280	1.910	690.179,06	2.122,12	56.463,98
x18	517.430	515.490	1.940	550.024,21	2.062,21	42.572,17
x19	370.640	369.170	1.470	396.404,20	1.572,18	32.614,55
x20	525.320	523.120	2.200	592.707,80	2.482,21	44.451,63
Total	13.360.550	13.314.200	46.350	14.319.438,19	49.676,54	1.226.250,52

Fonte: elaborado pelo autor.

Como esperado o resultado apresenta prejuízos significativos para a empresa, em termos de quantidade o valor do desperdício de mercadoria foi mantido em 46.350 Kg que provocaria prejuízo financeiro na ordem de R\$: 49.676,54 (Quarenta e nove mil seiscentos e

setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), ressaltando que nesta análise hipoteticamente não foi observada tolerância.

Este resultado apresenta quase 0,57% de perda no volume transportado, resultado 0,37% acima da tolerância, pois a tolerância de perda é 0,20% sobre o peso descarregado.

A relevância desta perda descontada para o total do peso de destino foi de 0,37 %, resultado encontrado dividindo-se o valor da perda descontada que é 28.259,48 kg pelo peso de destino $7.675.260 \text{ kg} * 100 = 0,37\%$ ou seja, esta perda descontada representou 0,37 % do peso descarregado.

Já a relevância das perdas em valores monetários demonstra a magnitude das perdas para os custos no transporte, sendo que para o valor do frete bruto os descontos provocados pelas perdas representam gasto (custo) de 4,33%.

A seguir será apresentada a projeção para a frota total de 1.200 caminhões para o período de um ano, a fim de estimar o impacto financeiro decorrente das perdas de mercadoria no transporte.

Utilizou-se a amostra de 20 placas (veículos) pesquisadas para representar um lote, sendo que existem 1.200 veículos perfazendo assim um total de 60 lotes a serem estimados. O período avaliado corresponde a um trimestre, então para efeito de projeção será multiplicado o valor da amostra por quatro vezes estabelecendo resultado correspondente a um exercício financeiro.

Para efeito de cálculo foi considerado que não haveria variação nas médias, adotando-se como período um ano que são quatro trimestres. Calculado da seguinte forma:

Quadro 5 – Resultados da Projeção para as perdas em quantidade e valores monetários.

	Resultado da amostra (1 lote)	Projeção (60 lotes)	Resultado para exercício
Com tolerância	28.259,48 Kg	1.695.568,80 Kg	6.782.275,20 Kg
Sem tolerância	46.350,00 kg	2.781.000,00 Kg	11.124.000,00 Kg
Com tolerância	R\$: 31.045,21	R\$: 1.862.712,60	R\$: 7.450.850,40
Sem tolerância	R\$: 49.676,54	R\$: 2.980.592,40	R\$: 11.922.369,60

Fonte: Elaborado pelo autor.

A projeção realizada conforme média da amostra evidencia resultados para a frota durante o exercício financeiro bastante significativo tanto na análise para quantidade como valores monetários. A projeção aponta prejuízos financeiros na ordem de R\$: 7.450.850,40 (sete milhões quatrocentos e cinquenta mil oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos) conforme explicitado anteriormente este prejuízo importa em 4,33% do valor do frete, ou seja bastante significativo possivelmente apresentando grande relevância no custo do transporte.

Chama atenção a exposição da empresa a efeitos maiores deste prejuízo caso não haja tolerância pela contratante o resultado aponta que estes custos alcançariam R\$: 11.922.369,60 (Onze milhões novecentos e vinte e dois mil trezentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), ou seja, este custo pode aumentar conforme entendimento da contratante.

Sobre a quantidade de mercadoria perdida o montante descontado foi de 6.782.275,20 Kg, ressaltando que este desconto refere-se ao que ultrapassou o limite estabelecido pela contratante de 0,20%, sendo que para efeitos de desperdício de alimento o resultado das perdas foi de 11.124.000,00 Kg.

Resta evidente a relevância dos valores monetários assim como da quantidade de mercadoria perdida, desperdiçada durante o transporte. Estes recursos poderiam e deveriam ser utilizados em benefício da empresa, devendo ser utilizado mesmo na prevenção destas perdas, além de sanar este prejuízo seria evitado o desperdício de grande quantidade de alimentos.

Mesmo não sendo o foco da pesquisa, é nítido o prejuízo social do desperdício de alimentos que fazem falta em muitas regiões do país, assim como possivelmente o prejuízo ambiental provocado pela morte de diversos animais que se aproximam das rodovias para alimentar-se.

Os resultados podem ser explicados pela falta de política de gestão de custos, que pudessem monitorar estes gastos, bem como estabelecer mecanismos de prevenção e minimização das perdas. Assim como estabelecer limite máximo de tolerância das perdas aos motoristas.

Também deveria haver estudo a fim de identificar se a idade do veículo contribui com maior nível de perdas, para que houvesse monitoramento destes.

A magnitude dos resultados justifica e até mesmo impõe todo e qualquer esforço a fim de minimizar estes efeitos, seja sob a ótica financeira da empresa como também responsabilidade socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo dedicou-se a estudar a relevância do custo com perdas de mercadoria no transporte a granel. Os resultados são significativos e demonstram prejuízo financeiro e também grande desperdício de alimentos.

Os resultados apontam a necessidade de maior investimento tanto financeiro como técnico para minimizar as perdas de mercadorias no transporte. O volume de recursos, assim

como o volume de quantidade desperdiçada causou surpresa, mais ainda dispara sinal de alerta ao demonstrar a exposição da empresa a elevação de seus custos de transporte caso a contratante adote nível de tolerância zero.

Na amostragem levantaram-se dados sobre o transporte em parte da frota de uma transportadora no estado de Mato Grosso, verificando e analisando o peso inicial e final do transporte.

Ao analisar os dados coletados sobre as perdas de mercadorias de soja e farelo de soja a granel, percebe-se valores de perdas de mercadorias relevantes, apontando grandes prejuízos tanto em quantidade quanto em valores monetários para esta transportadora, merecendo assim maior atenção, bem como o desenvolvimento de estudos a fim de minimizar estas perdas.

Como sugestão decorrente da experiência proporcionada pelo estudo percebe-se a necessidade de modernização em toda a cadeia de transporte, que deveria iniciar-se pelo processo de mudança nas malhas rodoviárias brasileira, que conforme relatos é um dos fatores apontado para causar a perda de mercadoria, pois ondulações e buracos nas rodovias causam vibração na carreta, provocando perda de mercadorias.

Outro ponto a ser destacado foi a observação durante a pesquisa, da falta de qualquer punição para os motoristas que apresentam no transporte perdas de mercadorias acima da média, pois existiram casos de perda muito acima da média, o valor da perda é descontado do valor do frete, mas não descontado do pagamento do motorista.

Avalia-se como situações que contribuem para o desperdício, a falta de regulamentação e tolerância de perda estimada pelos contratantes do transporte, falta de punição aos motoristas que apresentam perdas superiores a média apresentada pela categoria.

Como reflexo deste problema sob a ótica de custos a perda representa prejuízo considerável. No aspecto social o grande volume de alimentos desperdiçados num país com escassez de alimentos em várias regiões e sob o aspecto ambiental o possível desequilíbrio provocado pela morte de animais de várias espécies que são mortos ao buscar alimentos decorrentes deste transporte que se acumulam ao lado da rodovia de transporte.

Como sugestão para futuras pesquisas, seria avaliar e comparar perdas durante o transporte em rodovias terceirizadas, onde teoricamente a condição de transporte melhoraria.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARNOLD, J. R. T. **Administração de Materiais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/ Logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2004.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e Análise de Custos**: 2. ed. (2009) 1 reimp./Curitiba: Juruá, 2010.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Estrutura e Análise de Custos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na cadeia de Logística Integrada**. São Paulo: Atlas, 1999.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

FARIA, Ana C; COSTA, Maria F. G. **Gestão de Custos logísticos** 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Sergio Fraga Santos. **Fragments da História dos Transportes**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística Empresarial – A perspectiva Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Fragments da Historia dos Transportes**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANSEN, Don R; MOWEN, Maryanne. **Gestão de Custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HORNGREN, Charles T; FOSTER, George; SRIKANT, M. Datar. **Contabilidade de Custos**. Tradução de Jose Luiz Paravato, 9. ed. Rio de Janeiro: JC, 2000.

LEONE, George Sebastião G. **Curso de Contabilidade de Custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, José Geraldo de. **Custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos: Criando Valor para a Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos Inclui o ABC**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. 6. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Silvério Das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade de Custos: Um Enfoque Direto e Objetivo**. 8. ed. São Paulo: Frase, 2008

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos Fácil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUES, P.R.A. **Introdução aos Sistemas e Transportes no Brasil e à Logística Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ROSA, Adriano Carlos. **Gestão do Transporte na Logística de Distribuição Física: Uma Análise de Minimização de Custo Operacional**. 2007. Dissertação (Gestão em Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté). Taubaté, SP, 2007.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão de operações e logística I**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Brasília : CAPES : UAB, 2011.

SEMPREBOM, Pedro Antônio. **Perdas no Transporte Agrícola**. 2009. Monografia (XIV Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, MBA em Ciências Política e Desenvolvimento Estratégico da Associação os Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, e Faculdade Arthur Thomas). Londrina: 2009, 57 p.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
< <http://concursospublicos.uol.com.br> > **acessado dia 05/04/2015**.

EFICIÊNCIA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NA REGIÃO DO VALE DO SÃO LOURENÇO NO QUADRIÊNIO 2013-2016.

Valtean Da Silva Xavier¹
Evaldo Rezende Duarte²
Jailson Da Conceição Teixeira³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a eficiência da Lei Orçamentária Anual na região do Vale São Lourenço. A pesquisa verifica e compara valores lançados, ou seja, analisa o que foi planejado e o que realmente foi executado pelo ente público. O trabalho aborda os municípios de Jaciara, São Pedro da Cipa e Dom Aquino. No método de pesquisa foram usadas, a pesquisa bibliográfica, documental, quantitativa, exploratória e o método dedutivo. A pesquisa como um todo, busca analisar até que ponto os municípios do Vale São Lourenço foram eficientes na execução da LOA, utilizando-se de quadros e gráfico comparativos para um melhor entendimento sobre o assunto. Salienta a importância da transparência que o ente público deve ter, para que a sociedade saiba de onde vem e para onde vão os recursos públicos. E por fim, a conclusão que todos os municípios abordados devem melhorar o índice de eficiência, uns mais, outros menos, mas todos tiveram um saldo a realizar relativamente alto.

Palavras-chave: Lei Orçamentária Anual; Execução; Orçamento.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the efficiency of the Annual Budget Law in the region of Vale São Lourenço. The research verifies and compares values released, that is, analyzes what was planned and what was actually executed by the public entity. The work addresses the municipalities of Jaciara, São Pedro da Cipa and Dom Aquino. In the research method, bibliographic, documentary, quantitative, exploratory research and the deductive method were used. The research as a whole, seeks to analyze the extent to which the municipalities of Vale São Lourenço were efficient in the implementation of LOA, using comparative tables and graphs for a better understanding on the subject. Stresses the importance of transparency that the public entity must have, so that society knows where the public resources come from and where they go. And finally, the conclusion that all municipalities addressed should improve the efficiency index, some more, others less, but all had a relatively high balance to perform.

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. E-mail: valtean17@gmail.com

² Professor de Ensino Superior: Especialista em Gestão Empresarial/UNIR; Especialista em Gestão Pública Municipal/UFMT e Mestre em Ciências Contábeis/FUCAPE. Email: erezende_9@hotmail.com

³ Professor de Ensino Superior: Especialista em Tecnologia de Gestão Pública/ESAB; Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário/UNIC e Mestre em Ciências Contábeis/FUCAPE. Email: jailsoncontador@outlook.com

Keywords: Annual Budgetary Law; Execution; Budget.

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Público é o instrumento utilizado pelo governo para se planejar tudo o que se deseja executar, assim como de onde saem os recursos usados para tais execuções. Dentro desse orçamento, temos algumas leis, que são importantes para desenvolver tais planos, são elas: o PPA, LDO e LOA.

O Plano Plurianual (PPA) é elaborado de quatro em quatro anos, sua vigência começa no segundo ano de um mandato e termina no primeiro ano do mandato seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a peça de ligação entre o PPA e LOA, nela constam as prioridades do governo para cada ano, é elaborada anualmente e norteia a elaboração da LOA.

A Lei Orçamentária Anual é peça de suma importância dentro do orçamento público, assim como o PPA e a LDO. Nela está todo o orçamento do ente público (seja ele Federal, Estadual ou Municipal), com estimativa de receitas e fixação das despesas para determinado exercício financeiro. Trata-se de uma lei elabora pelo executivo, que apresenta ao legislativo para análise e votação, caso seja aprovada, retorna ao executivo para ser sancionada, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

Após todo esse processo, parte-se para a execução orçamentária, que é a parte mais importante do ciclo orçamentário, pois é aqui que se concretiza o que foi planejado pelo executivo e aprovado pelo legislativo. Trata-se da realização de planos de governo, como infraestrutura, saúde, habitação, educação, etc.

O interesse nessa pesquisa surgiu da curiosidade e/ou necessidade de verificar se realmente o ente público está cumprindo o planejado anualmente e em qual município da região do Vale do São Lourenço isso se dá com maior grau de eficiência. A expectativa é que, através da coleta e análise de dados, o cidadão possa interagir mais, sabendo da necessidade de acompanhar todo o processo de melhoria de qualidade de vida da sociedade, desde o início do orçamento até sua execução, sempre observando se realmente o governo está cumprindo seu papel eficientemente.

2 Orçamento Público

O Orçamento Público é um objeto que possibilita planejar e executar as finanças públicas. De acordo com Art. 165 da Constituição Federal de 1988, as leis de iniciativa do

Poder Executivo estabelecerão: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Segundo Slomski (2009, p. 304) “todo seu conteúdo terá como base o que for estimado como receita e o que for autorizado ou fixado como despesa, sempre aberto de forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil.”

É peça importantíssima para a qualidade de vida da sociedade, uma vez que é através desse orçamento, que se planeja tudo o que for necessário para o desenvolvimento econômico, social ou cultural de um município, estado ou país.

O orçamento público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo autoriza por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. (BALEEIRO, apud, DA SILVA, 2012, p. 29)

O Orçamento público é de suma importância para a sociedade, independentemente da classe social, por isso, é imprescindível que nossos gestores o façam com maior seriedade e transparência possível.

Deodato (apud, Silva, 2012, P.29) acrescenta que o “orçamento é, na sua mais exata expressão, o quadro orgânico da economia pública. É o espelho da vida do Estado e, pelas cifras, se conhecem os detalhes de seu processo, de sua cultura e de sua civilização”. Sendo assim, influenciará diretamente na vida das pessoas, nas mais diversas áreas da sociedade, como saúde, educação, infraestrutura, cultura, lazer, etc.

Podemos observar que encontraremos conceito de orçamento público de várias formas, podendo variar um pouco de um autor para outro, ou mesmo de uma área para outra, desta forma, no aspecto financeiro, Angélico (1995, p. 19, apud, Vieira, 2011, p. 5) define orçamento como um plano de aplicar os recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, e transferências durante um período financeiro. No aspecto econômico, Habckost (1991, p. 75, apud, Vieira, 2011, p. 5) se refere a definição do orçamento como objeto de direção das tendências conjunturais, repousa sobre o volume vultuoso da parcela de renda nacional destinada ao custeio da máquina estatal.

O orçamento público é uma lei, mas apenas no sentido formal, pois quando o Legislativo o aprova, ele o faz, de forma autorizativa, ou seja, ele autoriza que as receitas e as despesas sejam arrecadas da forma que foram apresentadas, mas o poder público pode arrecadar diferentemente do que foi aprovado ou gastar menos do que consta da lei. Dessa forma, entende-se que ele não é não impositivo. [sic]. (SILVA. 2012, p. 30)

Segundo Silva, (2012, p. 30) “O Orçamento Público é considerado Rígido e Estático. Rígido, porque não pode ser alterado facilmente, dependendo de aprovação legislativa. E estático, porque não muda, a não ser com a abertura de créditos adicionais”.

2.2 Plano Plurianual (PPA)

O Orçamento Público forma um ciclo, começando com o Plano Plurianual (PPA), onde neste consta todo o plano de governo (seja ele da União, Estados ou Municípios) dos próximos quatro anos.

Silva, (2012, p. 34) destaca através da Constituição Federal, que “o PPA é o instrumento orçamentário destinado a estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública dos entes federados [...]”

Plano Plurianual – PPA tem a função de estabelecer estrategicamente as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada, abrangendo um período de quatro anos. (MAUSS, 2012, p. 15)

No PPA, não estão apenas as metas financeiras. Segundo diz Rafanhim (2007, apud, QUIRINO) “estão definidas as metas físicas e financeiras para detalhamento dos orçamentos anuais. ”

É importante destacarmos que só é permitido à administração pública, executar somente o que consta no PPA, embora não seja obrigado a realizar tudo o que ali esteja. Sobre isso, Salvador (2010, apud, QUIRINO, p. 4) diz que “apenas os programas que estão previstos no PPA podem receber recursos nos orçamentos anuais ou serem priorizados na LDO.”

É importante salientarmos a importância da população em se envolver com as finanças públicas, saber como estão usados os recursos oriundos das altíssimas taxas tributárias. O PPA possibilita ao ente público um plano de governo devidamente detalhado para toda sua gestão e, mutuamente, permite à população, o conhecimento prévio das ações governamentais que se deseja levar à execução durante o período da gestão administrativa. , sendo assim, um orçamento devidamente programado, onde os planos de trabalhos por ele previstos são realizados, a cada exercício financeiro, por força da Lei orçamentária anual, que é um orçamento operativo. (Aguiar, 2004, apud Quirino).

2.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias

Trata-se da segunda etapa do Orçamento Público, parte daqui o que será priorizado na LOA, obedecendo o que foi estipulado no Plano Plurianual.

a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-lo às diretrizes, objetivos e metas da administração pública estabelecidas no plano plurianual.(KOHAMA, 1996, p. 62)

Podemos dizer que a LDO é o instrumento de ligação entre o PPA e a LOA. Além de definir quais são as prioridades que definirão o orçamento anual, a LDO traz uma série de regras para elaborar, organizar e executar esse orçamento. Definirá por exemplo, qual será o reajuste do salário mínimo, bem como quanto o governo deverá economizar para pagar suas dívidas.

Esta lei direcionará as metas e prioridades para o ano subsequente, norteadando a elaboração da LOA, sem fugir do que consta no PPA.

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais do fomento. (SLOMSKI, 2009, p. 305).

O objetivo a se alcançar através da LDO, é o de possibilitar a oportunidade de uma atuação conjunta entre o poder Legislativo e o Executivo, na criação de um bom plano de trabalho para ser executado através da Lei Orçamentária Anual. Dessa maneira, as metas e prioridades estabelecidas na LDO, delimitam o que poderá ser planejado e executado na LOA.

2.4 Lei Orçamentária Anual

Esta é terceira etapa do Orçamento Público. Essa lei deverá ser elaborada anualmente, obedecendo o que fora estipulado na LDO. Deverá conter a estimativa das receitas e fixação das despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício, sempre coincidindo com o ano civil, ou seja, compreendendo o período de primeiro de janeiro à trinta e um de dezembro de cada ano.

A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (KOHAMA, 1996, p. 63)

Embora as receitas e despesas estejam em valores igualitários, o valor das receitas pode ser maior que o das despesas, mas não o contrário, estando dessa maneira, de acordo com o princípio do equilíbrio. (SILVA, 2012).

Só será executado o que estiver na LOA, sendo vedado dispositivo estranho à previsão de receita e despesas, salvo o estipulado em lei:

A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de crédito suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. SLOMSKI (2009, p. 306):

Pode-se definir a Lei Orçamentária Anual como a ferramenta utilizada para a concretização de tudo o que foi planejado na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sobre isso, Kohama (1996, p. 63) diz que a “ lei dos orçamentos anuais é o instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos planejados, visando ao melhor atendimento e bem-estar da coletividade. ”

Daí a importância da participação da sociedade no planejamento dessa lei. Através de críticas e sugestões, a população deve participar da elaboração do orçamento que irá afetar diretamente suas vidas. Pois através da LOA, saberemos onde o dinheiro oriundo das altas taxas tributárias, será aplicado.

2.5 Execução Orçamentária

Depois de todo o planejamento do orçamento público, através das mais variadas etapas que o constitui, como o PPA, LDO e PPA, chega-se à Execução Orçamentária. Nesta fase do ciclo orçamentário, realiza-se o que fora fixado, ou seja, autorizado pela Lei de Orçamento Anual.

Seguindo essa linha, Silva (2012, p. 52) diz que a execução “constitui a concretização anual dos objetivos e metas determinados para o setor público, no processo de planejamento integrado e implica a mobilização de recursos [...]”

É importante que se diga, que a Execução é a fase mais importante do ciclo orçamentário, pois expressa o conjunto de ações destinadas ao cumprimento dos programas estabelecidos para atingir as metas do plano de governo.

Assim como a LOA, a Execução Orçamentária também coincide com o ano civil, ou seja, sempre de primeiro de janeiro a trinta de dezembro, sendo assim realizada dentro do exercício financeiro (SANTOS, 2001)

Não diferentemente de todas as etapas que compõem o orçamento público, a Lei rege que seja obedecido alguns princípios na Execução Orçamentária, como flexibilidade, ou seja, poder adaptar-se à novas ou imprevisíveis situações, e legalidade, que é a execução dos serviços públicos sempre de acordo com a legislação em vigência.

Ainda de acordo com a legislação:

Toda despesa pública deve ser realizada via empenho prévio, que nada mais é do que a emissão de um documento onde ficam registradas as características básicas de qualquer despesa, como credor, motivo da despesa, conta orçamentária, valor, saldo da conta, sempre antes da realização da despesa. (SANTOS, 2001, p. 14)

A fase de empenho tem a finalidade de reservar o recurso orçamentário destinado para determinada despesa, evitando dessa maneira, um duplo comprometimento para o mesmo recurso. Também tem como objetivo, criar a obrigação de pagamento da quantia empenhada, sendo assim, uma espécie de garantia ao credor.

3 Metodologia

A metodologia tem o papel de explicar todo o processo de pesquisa que fora utilizado em determinado trabalho. Evidencia e exemplifica, de maneira clara, a forma de pesquisa e o material utilizado para investigação. Dessa maneira, Andrade (2005, p. 129) descreve que “Metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”

É fundamental que esses caminhos sejam de fontes confiáveis, servindo assim, de base para o conhecimento através da análise dos dados. Sobre isso, Podranov e Freitas (2013) salientam que a aplicação da metodologia é o procedimento, onde através da observação dos dados coletados, se constrói o conhecimento ao mesmo tempo em que comprova a validade e utilidade das informações colhidas.

A pesquisa bibliográfica fora feita em sua maior parte através de livros, porém foi utilizado a internet como fonte de pesquisa complementar, uma vez que esse meio de busca de informação tem se tornado uma ferramenta de grande importância, também no meio acadêmico.

Nessa pesquisa foi utilizado o método dedutivo, pois buscou-se deduzir se a Lei Orçamentária Anual foi eficiente na região do Vale do São Lourenço, ou seja, nos municípios de Jaciara, São Pedro da Cipa e Dom Aquino no quadriênio 2013-2016.

Essa pesquisa utilizou-se uma série de documentos, tais como planilhas e relatórios públicos, onde todos têm acesso, podendo ser acessados quantas vezes lhe fizer necessário. Nesse sentido, Gil (2005, p. 30) expõe que “ a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.”

Nessa pesquisa buscou-se explorar o tema, tentando trazê-lo para o dia-a-dia da sociedade. No caso desse trabalho, foi estudado a LOA na região do Vale do São Lourenço, levando informações à quem tem o direito e o dever de acompanhar esse assunto, que interfere diretamente na vida de cada um.

4 Resultados

A pesquisa foi realizada com a finalidade de abordar e comparar a Lei Orçamentária Anual no Vale do São Lourenço. Para tanto, foi elaborado um estudo junto às prefeituras das cidades que o compõem. Sendo elas: Jaciara, que segundo dados do IBGE (estimativa 2017), possui uma população de 26.633 habitantes. São Pedro da Cipa, que, conta com 4.541 habitantes e, Dom Aquino, com 7.977 habitantes. Juscimeira, que conta com uma população estimada em 10.971 habitantes, também faz parte do Vale, porém, infelizmente não foi possível ter acesso aos dados que a prefeitura deveria disponibilizar no portal da transparência.

Em anexo, segue quadros e gráficos comparativos, referentes ao que fora planejado através da LOA e o que realmente foi executado em cada município, contendo também, a conta “Restos a pagar”, que de acordo com o Art. 36 da Lei 4.320/64, são “despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro...”, sendo assim, é considerada uma conta para encerramento do exercício financeiro.

4.1 Jaciara

Quadro 1: Tabela comparativa Jaciara da Dotação e o Realizado

Ano	Dotação	Realizado	Inscritos em restos a pagar	Saldo a realizar	Indicador (%)
2013	54.594.906,85	51.374.275,62	0,00	3.220.631,23	94,1
2014	69.013.554,43	65.717.709,90	1.187.037,17	2.095.163,73	96,96
2015	61.419.380,47	59.110.031,81	49.273,19	2.260.075,47	96,24
2016	70.731.377,17	68.575.923,07	43.819,45	2.111.634,65	96,95
Total	255.759.218,92	244.777.940,40	1.280.129,81	9.687.505,08	96,06(média)

Fonte: Elaborada pelo autor

Pode-se observar índices sempre acima de 94%, o que representa falsa impressão de que o município de Jaciara foi eficiente em sua execução, porém analisando-se os valores absolutos, expõe-se que em todos os anos do quadriênio apresenta saldo a realizar superior a R\$ 2.000.000,00, com destaque para o ano de 2013, onde esse saldo ultrapassou a casa dos R\$ 3.000.000,00. Somando-se o total dos quatro anos, chega-se à R\$ 9.687.505,08, um valor relativamente alto, que deveria ser revertido em melhorias na vida da sociedade.

4.2 São Pedro da Cipa

Quadro 2: Tabela comparativa São Pedro da Cipa da Dotação e o Realizado

Ano	Dotação	Realizado	Inscritos em restos a pagar	Saldo a realizar	Indicador (%)
2013	10.170.338,80	7.965.717,98	21.419,80	2.183.201,02	78,53
2014	11.803.392,49	10.585.134,45	436.740,06	781.517,98	93,38
2015	13.553.993,11	12.146.287,71	1.327.430,51	80.274,81	99,4
2016	14.827.476,21	13.041.268,44	1.250.170,27	536.037,50	96,38
Total	50.355.200,61	43.738.408,58	3.035.760,64	3.581.031,31	91,92(média)

Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela acima, referente ao município de São Pedro da Cipa, mostra que no ano de 2013, teve um baixo índice de eficiência da Lei Orçamentária, uma vez que atingiu apenas 78,53% da Dotação, porém teve uma considerável alta logo nos anos seguintes, chegando ao maior índice, no ano de 2015, com 99,40%. Entretanto, mesmo com essa evolução, ao analisar os valores absolutos, pode-se constatar um alto déficit orçamentário, principalmente no ano de 2013, onde deixou de se realizar R\$ 2.183.201,02 em possíveis melhorias para a sociedade. O total do quadriênio chegou à R\$ 3.581.031,31, ou seja, 35% do valor da dotação do ano de 2013, que foi de R\$ 10.170.338,80.

4.3 Dom Aquino

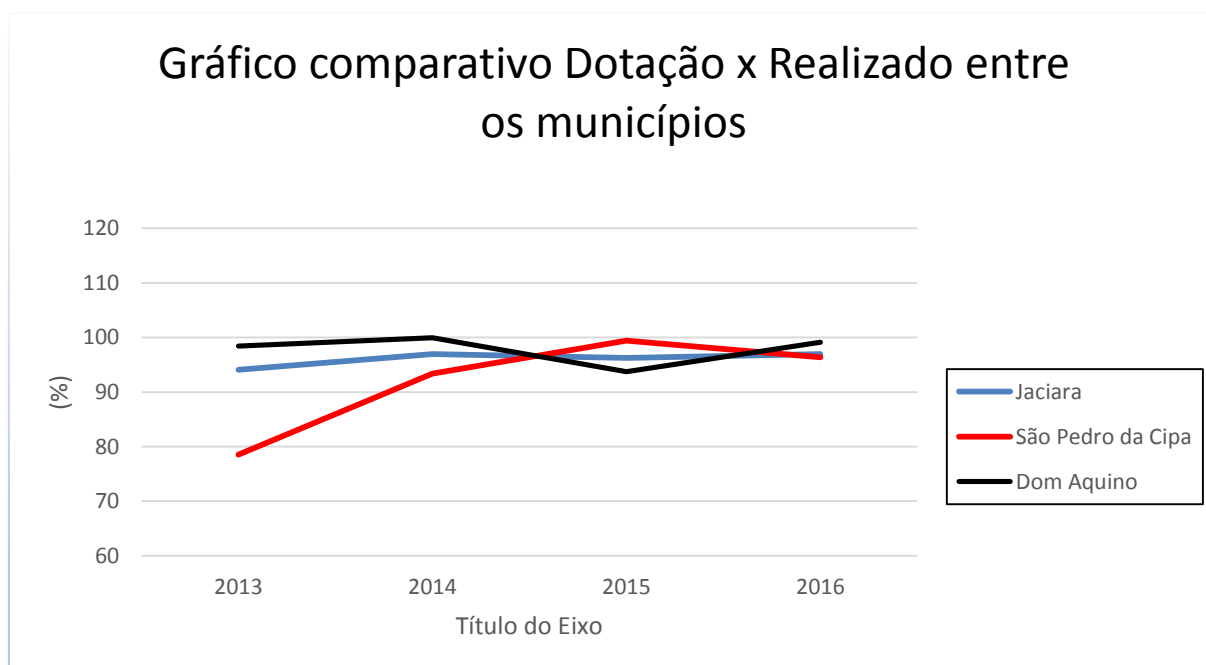
Quadro 3: Tabela comparativa Dom Aquino da Dotação e o Realizado

Ano	Dotação	Realizado	Inscritos em restos a pagar	Saldo a realizar	Indicador (%)
2013	16.062.193,00	15.620.677,76	189.212,30	252.302,94	98,42
2014	18.408.000,00	17.892.415,95	512.563,07	3.020,98	99,98
2015	23.680.000,00	20.453.483,57	1.743.908,78	1.482.607,65	93,73
2016	22.178.264,16	21.269.777,88	718.511,37	189.974,91	99,14
Total	80.328.457,16	75.236.355,16	3.164.195,52	1.927.906,48	97,81(média)

Fonte: Elaborada pelo autor

Observa-se na tabela acima, referente ao município de Dom Aquino, um bom índice de eficiência no ano de 2014, atingindo 99,98% da dotação e, restando um saldo a realizar de apenas R\$ 3.020,98, sendo este, seu melhor ano no período abordado. Porém, logo no ano seguinte, teve uma queda acentuada, atingindo apenas 93,73% e um saldo a realizar de R\$ 1.482.607,65, sendo considerado um alto déficit orçamentário.

Gráfico 1: Comparativo de Execução Orçamentária entre os municípios



Fonte: Elaborada pelo autor

Concluindo-se os trabalhos de pesquisa, o gráfico acima compara a dotação e o que realmente foi executado entre os municípios. Nele, observamos a cidade de Dom Aquino,

com o maior índice de eficiência, alcançado no ano de 2014, com 99,98 % e, apenas R\$ 3.020,98 de saldo a realizar. Já São Pedro da Cipa, foi o município que mais oscilou no período, sendo seu, o pior índice dentre todos os municípios, com apenas 78,53% e, um saldo a realizar de R\$ 2.183.201,02 em 2013. Ressalta-se Jaciara como o município que menos oscilou, sendo seu menor índice, 94,10 % em 2013 e, depois apresentando uma linha estável nos anos seguintes, sempre na casa dos 96%, mas se considerarmos os valores absolutos, conta um déficit orçamentário considerado alto, principalmente no ano de 2013 já que deixou de realizar mais de R\$ 3.200.000,00, valor este, que melhoraria a vida da população daquele município, caso fosse revertido em obras de melhorias, saúde, educação, segurança, etc.

5 Conclusão

Fica clara, a importância da Lei Orçamentária Anual ser executada com o maior grau de eficiência possível, pois trata-se de programas que devem aumentar a qualidade de vida da pessoas. Quando o governo planeja obras e serviços para determinado ano, o que se espera, é que se realize tudo o que fora planejado, ou o mais próximo do máximo possível.

Quanto a eficiência do que foi executado em relação à dotação, os números do município de Jaciara, que é o maior da região, o que apresenta a maior receita, apresentam baixo grau de execução em todos os anos, uma vez que seu menor índice, foi de 94,10%, em 2013. No ano seguinte teve uma leve alta, mantendo-se estável nos demais anos, sempre acima de 96% de efetividade, porém ao analisarmos só esses índices em porcentagem, temos a falsa impressão de que a execução orçamentária foi eficiente, quando na verdade, os valores absolutos mostram que o município deixou de executar altos valores, principalmente em 2013, quando restou um saldo a realizar no valor de mais de R\$ 3.200.000,00 e, nos anos seguintes, sempre superando os R\$ 2.000.000,00

São Pedro da Cipa, que é município que conta com o menor orçamento dentre todos da região do Vale, foi também o que apresentou de longe o pior índice de efetividade, alcançando apenas 78,53% no ano de 2013. Teve uma evolução consideravelmente alta no ano seguinte, quando atingiu seu melhor índice no período, com 99,4%. Observando os números absolutos, concluímos que este município teve um alto déficit orçamentário, especialmente no ano de 2013, quando deixou de realizar mais de R\$ 2.000.000,00, um valor altíssimo, principalmente em relação à dotação, que foi de pouco mais de R\$ 10.000.000,00.

Considerando que o município tem menos de cinco mil habitantes, fica evidente que a execução foi muito falha.

Dom Aquino, o segundo município tratando-se do tamanho do orçamento, foi o que mais se aproximou da totalidade das projeções, tanto nos índices percentuais quanto nos valores absolutos, tendo como seu melhor índice, 99,98% de efetividade, e com apenas R\$ 3.020,98 a realizar, alcançados em 2014, porém foi o que teve a maior queda, tratando-se de um ano para o outro, quando atingiu 93,73% no ano de 2015, sendo este seu pior índice e o maior déficit orçamentário, resultando um saldo a realizar no valor de R\$ 1.482.607,65.

Portanto, os indicadores mostram que, no geral, os municípios tiveram baixa eficiência na execução em relação à lei orçamentária anual, onde nenhum deles alcançou o superávit e, todos tiveram déficit orçamentário. Ressalta-se Dom Aquino no ano de 2014, como o município que mais se aproximou da totalidade das projeções. Embora este município tenha oscilado em determinado período no quadriênio, foi o município que apresentou os maiores índices e o menor déficit orçamentário no período.

Ressalta-se que os municípios podem e devem melhorar esses índices, procurando não oscilar tanto de um ano para o outro, buscando sempre alcançar o superávit em suas execuções, ou pelo menos reduzir ao máximo o déficit orçamentário, mantendo-se sempre com índices próximos dos 100% e, claro, mantendo a transparência que é exigido por lei.

Houve certa dificuldade no acesso aos dados da pesquisa, pois mesmo, sendo exigido por lei, alguns documentos não se encontram no portal da transparência de alguns municípios, sendo necessário se dirigir até as prefeituras ou entrar em contato através de telefones ou e-mails, o que certamente, acabara demorando ou impossibilitando a coleta de informações em determinados municípios. O objetivo foi alcançado, pois foi possível observar a efetividade da Lei Orçamentária nesses municípios, salientando que todos os municípios do Vale do São Lourenço podem e devem aumentar essa efetividade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. Ed. São Paulo. Atlas. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo. Atlas. 2017.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 5. Ed. São Paulo. Atlas. 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo. Feevale, 2013.

QUIRINO, Simony Rafaeli. **Orçamento Público como Fontes de Estudos Educacionais**. Revista de Financiamento da Educação. Vol. 1. 2011.

SANTOS, Aristeu Jorge dos. **Orçamento Público e os Municípios. Alguns conceitos de orçamentos e suas repercussões na administração pública municipal**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19441/000305177.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13. Out. 2017.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: uma abordagem prática. São Paulo. Atlas. 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2. Ed. São Paulo. Atlas. 2009.

VIEIRA, Vanessa Moraes. **A Importância do Orçamento Público**: Uma análise geral sobre seus principais aspectos e o despertar da consciência cidadã. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34856/000784840.pdf>. Acesso em: 16. Out. 2017.

AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIOINTERACIONISTA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Gislene Souza Oliveira
Edivania Alves Dos Santos
Danielli Márcia Pereira Rheinheimer
Francinete Souza Mendes Da Silva

RESUMO

O presente artigo retrata um estudo sobre as contribuições da teoria sociointeracionista para o processo de construção de aprendizagem de crianças na fase da educação infantil. Dessa forma, o estudo teve por objetivo compreender essas contribuições acerca do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, bem como as implicações dessa teoria para a (re) construção das práticas pedagógicas do professor. Neste estudo, utilizou-se a pesquisa metodológica qualitativa, de cunho bibliográfico, propondo uma revisão literária sobre a importância dessa teoria na prática pedagógica. Para a discussão do tema, utilizam-se como base alguns autores como Rego (2009), Martins (2007), Vygotsky (1991), entre outros que explicam sobre esse processo de construção e reconstrução dos sujeitos envolvidos, possibilitando assim, um melhor debate a respeito da relevância que se tem as interações, mediação entre professor e aluno, a zona de desenvolvimento proximal e a linguagem em sala de aula.

Palavras-chave: Educação infantil, prática pedagógica, interação.

ABSTRACT

This article presents a study about the contributions of the socio - interactionist theory to the process of constructing children 's learning in the early childhood stage. Thus, the study aimed to understand these contributions about the development and learning of children, as well as the implications of this theory for the (re) construction of teacher's pedagogical practices. In this study, we used qualitative methodological research, with a bibliographic character, proposing a literary revision on the importance of this theory in pedagogical practice. For the discussion of the theme, some authors such as Rego (2009), Martins (2007) and Vygotsky (1991) are used as a basis, among others that explain about this process of construction and reconstruction of the subjects involved, thus enabling a better debate About the relevance of interactions, teacher-student mediation, the proximal development zone, and language in the classroom.

Keywords: Early childhood education, teaching practice, interaction.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo científico, foi realizado no último semestre do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale, com o intuito de direcionar e propor ideias que contribuirão para a comunidade, futuros acadêmicos da instituição e leitores, visando melhor compreensão sobre este assunto.

A intenção em pesquisar a teoria de Vygotsky surgiu durante o decorrer dos estágios, no qual se percebeu a relevância em discutir constantemente seus conceitos em sala de aula, onde o objetivo maior deste trabalho foi compreender e analisar as contribuições da teoria desse autor para o processo da Educação Infantil.

Para a elaboração deste artigo empregou-se a metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico, pelo fato de que inicialmente foram realizadas leituras em livros, procurando fundamentações teóricas que permitiram melhor interpretação do assunto, principalmente quando se fala sobre a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) e as interações sociais dos indivíduos nessa pesquisa. No segundo momento, discute a respeito de como o professor poderá empregar a teoria de Vygotsky na prática pedagógica, por meio de revisão literária de livros, artigos científicos e teses.

Os principais autores utilizados durante a pesquisa foram: Martins (2007), que aborda sobre a teoria sócio construtivista de Vygotsky e o papel das interações sociais em sala de aula. Segundo Martins (2007), as interações adquirem um relevo fundamental na sistematização dos conhecimentos e também no processo de aprendizagem de cada sujeito. Além de utilizar, o próprio autor Vygotsky (1991) como base, pela qual retrata sobre a formação social da mente, no qual o interesse parte do pressuposto em aprofundar a discussão sobre a zona de desenvolvimento proximal tentando trazer essa zona para os contextos atuais da educação infantil.

Portanto, este estudo proporcionou maior entendimento sobre a teoria sociointeracionista de Vygotsky, mostrando que o desenvolvimento e aprendizagem são construídos a partir da relação entre a criança e o meio, no qual o professor adquire um papel essencial nesse processo, podendo esse mediador, criar métodos de ensino que contribua para a interação dentro da sala de aula.

2. BIOGRAFIA DE VYGOTSKY

Lev Vygotsky nasceu em 1896 e foi um psicólogo que apresentou diversas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da aprendizagem e do papel importante das relações sociais

para a mesma, originando assim a corrente de pensamento denominada Sócio Construtivismo. Ele em uma pequena cidade chamada Orsha na Rússia, sendo sua família judia.

Vygotsky iniciou o curso de medicina aos 18 anos de idade, mas logo se transferiu para o curso de direito, o qual graduou-se em 1917.

Apesar de sua formação em Direito, destacou-se em sua época por suas críticas literárias e análises do significado histórico e psicológico das obras de [Arte](#), trabalhos que posteriormente foram incorporados no livro "Psicologia da Arte", escrito entre [1924](#) e [1926](#), incluindo naturalmente a tese de doutorado sobre Psicologia da Arte, que defendeu em [1925](#)^[1]. O seu interesse pela Psicologia levou-o a uma leitura crítica de toda produção teórica de sua época, nomeadamente as teorias da "[Gestalt](#)", da [Psicanálise](#) e o "[Behaviorismo](#)", além das ideias iniciais do epistemólogo e psicólogo suíço [Jean Piaget](#). As obras desses autores são citadas e comentadas em seus diversos trabalhos, tendo escrito prefácios para algumas das suas traduções ao idioma russo.

O interesse de Vygotsky pelas funções mentais superiores, cultura, linguagem e processos orgânicos cerebrais o levaram a trabalhar com pesquisadores neurofisiologistas como Alexander Luria e Alexei Leontiev, que deixaram importantes contribuições para o Instituto de Deficiência de Moscou, entre eles o livro "A Formação Social da Mente" onde aborda os processos psicológicos tipicamente humanos, analisando-os a partir da infância e do seu contexto histórico-cultural.

Vygotsky faleceu em 1934, deixando uma grande contribuição através de seus estudos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394 a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade. Considerando esses conceitos da LDB, é fundamental que o educador compreenda o processo de aprendizagem e desenvolvimento nesta faixa etária, para que assim, os alunos desenvolvam suas habilidades motoras, cognitivas e psicológicas (BRASIL, 1996).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a criança:

[...] é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estarem próximas às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas

relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, em suas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas (RCNEI p. 21, 1998).

Portanto, a criança sendo um ser social, tem o direito de interagir com os outros colegas, estabelecendo assim, trocas de experiências e de saberes. Desse modo, a Educação Infantil é relevante também nesse processo desconstrução da aprendizagem, pois é a partir dela que a criança descobrirá e desenvolverá suas habilidades, onde será possível se comunicar e aprimorar-se da linguagem.

Para isso, o pedagogo precisará buscar fundamentação teórica em sua prática, e assim, compreender como se dá o processo de aprendizagem em cada idade. Nesta vertente, existem diversas teorias importantes na prática docente, uma delas é a chamada teoria sociointeracionista, defendida por Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), que aborda o papel da interação social no desenvolvimento humano.

Segundo a teoria de Vygotsky é evidente que há duas linhas de desenvolvimento, uma biológica e a outra social, onde elas se fundem para se constituir a formação do sujeito. Neste paralelo, o indivíduo nasce membro da espécie humana, que possui biologicamente habilidades para pensar, mas se não entrar em contato com a cultura humana, na inter-relação, ele não se constituirá enquanto sujeito.

Segundo Rego (2009, p.59) “[...] no processo de constituição humana é possível distinguir duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo enquanto sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sociocultural.”

Sendo assim, o indivíduo é considerado desde o nascimento um ser social, onde a cultura tem o papel fundamental na maturação do seu sistema nervoso. Desse modo, “é através das intervenções constantes do adulto - e de crianças mais experientes - que os processos psicológicos mais complexos começam a se formar.” (REGO, 2009, p.60).

Neste caso, é possível compreender que para melhorar o nível de aprendizagem, mais do que a criança necessita agir sobre o meio ela precisa interagir também. De acordo com autor supracitado “o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem na vida social” (REGO, 2009, p.60).

Além disso, percebe-se que as crianças adquirem conhecimento, por meio de relações interpessoais, de trocas com o meio, por isso é considerada interativa, cujo aquilo que parece

ser biológico, é na verdade resultado da construção da sua relação com o outro. E neste processo, a fala é considerada primordial na interação entre educandos.

Segundo os estudiosos Bock, Furtado e Teixeira (2002) todos os movimentos e expressões verbais da criança, no início de sua vida, são importantes, pois afetam o adulto, que os interpreta e os desenvolve a criança com ação e/ou com a fala. Para tanto, a linguagem realiza uma espécie de mediação entre o professor e as crianças, possibilitando a interação linguística, no qual a sala de aula precisa ser rica em palavras e em narratividades, para que ofereça à oportunidade do aluno introduzir tudo aquilo que foi aprendido em seu dia-dia.

“A linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento se reestrutura e se modifica. O pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra” (Vygotsky, 2001, p. 412). Portanto, o pensamento percorre um caminho, a linguagem outro, e quando se encontram, por volta dos dois anos de idade, aparece o pensamento verbal, o que se resulta na interiorização da fala, onde primeiramente ela é considerada social e à medida que se volta ao sujeito o pensamento poderá ser expressado.

Na perspectiva de Rego (2009, p.71): [...] “o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com os outros indivíduos da sua espécie”. Por mais que a criança tenha biologicamente o potencial de se desenvolver, se não interagir umas com as outras, a criança tende a não se desenvolver como poderia. Portanto, se faz necessário que o pedagogo crie diversas situações onde os alunos possam interagir uns com os outros, e assim, se apropriar da linguagem e de outras habilidades construídas em ambientes ricos em diálogo.

O autor da teoria sociointeracionista destaca que o aprendizado inicia-se antes da criança entrar no ambiente escolar. Desse modo, os pais ou outras figuras parentais que são responsáveis pelas crianças, são os primeiros modelos de figuras sociais que fazem a mediação com o meio externo, proporcionando assim, diversos conhecimentos. Além disso, a que se considerar que a Educação Infantil tem um papel fundamental na construção do sujeito e no aperfeiçoamento do desenvolvimento, sendo este resultado de constantes experiências e trocas sociais.

Ainda para o autor o aluno passa por dois níveis de desenvolvimento, um recebe o nome de nível de desenvolvimento real e o outro nível de desenvolvimento potencial. O nível de desenvolvimento real se refere aquelas aquisições já efetivadas, ou seja, são aquelas atividades ou habilidades em que as crianças conseguem realizar sozinha, sem a ajuda do outro. Este nível aponta ciclos de desenvolvimento que a criança já finalizou.

O nível de desenvolvimento real da criança caracteriza o desenvolvimento de forma retrospectiva, ou seja, refere-se a etapas já alcançadas, já conquistadas pela criança. As funções psicológicas que fazem parte do nível de desenvolvimento real da criança em determinado momento de sua vida são aqueles já bem estabelecidas naquele momento. São resultados de processos de desenvolvimento já conquistados, já completados (OLIVEIRA, 1997, p. 59)

Dessa forma, as tarefas que a criança faz de forma independente, sem nenhum tipo de ajuda são concebidas neste estudo como nível de desenvolvimento real, como por exemplo: andar de bicicleta, ir a algum lugar sozinha. Já o nível de desenvolvimento potencial está relacionado com aquele espaço em branco que existe entre o que a criança já é, ou seja, o que já sabe fazer sozinha e aquilo que ela tem potencialidade para vir a ser. Neste caso, refere-se a tarefas que a criança tem a capacidade de fazer, mas precisa do apoio e da colaboração de alguém mais experiente, isto é, mediação do professor com os alunos.

Segundo Oliveira (1997, p.59) “[...] há tarefas que a criança não é capaz de realizar sozinha, mas que se torna capaz de realizar se alguém lhe der instruções, fizer demonstração, fornecer pistas, ou der assistência durante o processo [...]”. Assim sendo, o nível de desenvolvimento potencial acontece a partir do momento que a criança realiza atividades na inter-relação com o outro, no qual o professor tem a função de articular os conhecimentos científicos com os conhecimentos que educando adquiriu sozinha sem a mediação do adulto.

4. PERCORRENDO O CAMINHO DA PESQUISA

No presente estudo, optou-se por uma pesquisa metodológica de natureza qualitativa – em que os elementos coletados se deram por meio de pesquisa em bibliotecas públicas, municipais e bibliotecas virtuais: contemplando livros, anais, dissertação, monografias e teses.

Nesta vertente, segundo Minayo (1994, p. 21-22) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para tal, Ludke e André (1986, p.11) aponta que essa pesquisa tem possibilitado estudos mais dinâmicos, pois consideram o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento na coleta e análise de dados. Portanto, um dos aspectos relevantes da pesquisa qualitativa é que são exploratórias, isto é, estimulam pesquisadores a considerarem livremente a respeito do tema, objeto e definições. Necessitam

ser usadas quando buscamos discernimentos e compreensão sobre a natureza completa de uma indagação estendendo lugar para comentários.

Para a consecução do tema abordado, usamos a pesquisa bibliográfica, na qual instituímos levantamentos de construções teóricas já indagadas por outros autores, através de artigos, livros, o que permitiu conhecer outros trabalhos que discorreram o mesmo assunto. Desse modo, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002).

De acordo com Lakatos (1992, p.44):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Portanto, o objetivo do tema é discutir a respeito das contribuições da teoria de Vygotsky para a Educação Infantil, onde o método empregado foi dedutivo, partindo do geral até descender ao particular. De acordo com Gil (2008, p.9) o método dedutivo “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9).

Sendo assim, o método dedutivo possibilitou buscar referências reais sobre o tema, para assim chegar a conclusões menores e particulares que contribuem no trabalho da pesquisa. Galliano (1979, p. 39) “a dedução consiste em tirar uma verdade particular de uma verdade geral na qual ela está implícita”. Foi utilizado no decorrer da pesquisa materiais que possibilitarem buscar maior aprofundamento sobre o tema, como notebook, lápis, caderno, dicionário, entre outros.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao compreender que a Educação Infantil é um lugar onde há aquisição da linguagem e trocas de saberes por meio da inter-relação, analisamos por meio de artigos e livros, a relevância da mediação entre o professor e a criança neste processo. Assim sendo, o educador deve propor atividades, para que a aprendizagem seja impulsionada, como por exemplo, através de brincadeiras.

As crianças constroem suas brincadeiras, recortando pequenas ações das outras, ajustando se a elas, quer seja repetindo-as integralmente ou parcialmente, quer seja acrescentando-lhes algo e, até, substituindo parte delas. Cada uma das crianças parece fazer uma certa 'previsão' do que é brincadeira e age nessa direção, mas cada instante é confrontado com as ações, das outras crianças e o efeito de suas próprias ações (OLIVEIRA, apud, PEDROSA, 2000, p.55).

É na brincadeira que surgem situações de esfera imaginária de faz-de conta, como a criação das intenções voluntárias e as formações dos planos da vida real, constituindo-se assim, no mais alto nível do desenvolvimento pré-escolar (VYGOTSKY, 1991).

Para Bock, Furtado e Teixeira (2002, p.144):

Quando a criança realiza, com a ajuda de um educador, tarefas que superam seu nível de desenvolvimento, ela se prepara para realiza-las sozinha, pois o aprendizado cria processos de desenvolvimento que, aos poucos, vão se tornando parte de suas possibilidades reais.

Em consonância, o professor é responsável em fazer a criança pensar, problematizar e desta forma proceder ao que ela já sabe, estimulando para aquilo que ela ainda não aprendeu. Na opinião dos autores supracitados, a grande função da educação infantil ou escola é liderar o trabalho educativo para estágios de desenvolvimento ainda atingidos pela criança. Isto é, o exercício educativo é em incentivar novos conceitos e novas aquisições a partir do nível de desenvolvimento real da criança - de seu desenvolvimento concluído, daquilo que a criança já sabe.

A teoria sociointeracionista defende uma educação que haja discussões em grupos, considerando sempre as particularidades dos educandos, possibilitando assim, as interações entre diferentes meios e culturas. Nesta vertente, conforme o autor Martins (2007) retrata que quando imaginamos uma sala de aula em um processo interativo, estamos acreditando que todos terão possibilidade de falar, levantar suas hipóteses e, nas discussões, chegar a conclusões que ajudem o aluno a se perceber parte de um processo dinâmico de construção e reconstrução.

Neste caso, Vygotsky sugere que o educador articule conhecimentos para que todos se tornem colegas de construções de aprendizagens, e assim, as crianças refletirão em conjunto, contribuindo em uma troca de experiências diferenciadas, onde um aprenderá com o outro.

Ao valorizarmos as interações, não estamos esquecendo que a sala de aula tem papéis que precisam estar bem-definidos, mas também queremos reforçar que estes papéis não estão rigidamente constituídos, ou seja, o professor vai, sim, ensinar o seu aluno, mas este poderá aprender também com os colegas mais experientes ou que tiverem vivências diferenciadas. Ao professor caberá, ao longo do processo, aglutinar todas as questões que apareceram e sistematiza-las de forma a garantir o

domínio de novos conhecimentos por todos os seus alunos (MARTINS, 2007, p.118)

Para tantos, as práticas pedagógicas precisam ser projetadas de acordo com o nível desenvolvimento real da criança (tarefas que a criança realiza sozinha, sem a mediação do outro), referenciadas pelo nível de desenvolvimento potencial, trazendo como metas as aquisições que antes não foram atingidas, e que serão a partir da mediação de outro sujeito.

Segundo Vygotsky (1991, p. 100): [...] o aprendizado orientado para os níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, ao invés disso, vai a reboque desse processo.

Isso significa que é recomendável que o professor não deve organizar suas aulas de educação infantil, considerando apenas o que as crianças já aprenderam, pois ele estará privando o educando a acrescentar novas formas de pensar, sentir e agir. Dessa forma, o docente sendo mediador de conhecimentos, deve ajudar as crianças a interagir com os outros e consigo mesmo, e assim atingir o que é-lhe de direito, isto é, seu potencial. Este potencial será alcançado a partir do momento, que o educador ensinar os conteúdos e coloca-los para pensar, sistematizando os conhecimentos que a criança adquiriu em casa com os que a escola quer ensinar.

De acordo com Vygotsky (1991, p.101):

[...] um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento próximo; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança.

Desse modo, as tarefas argumentadas pelo docente propõem-se ser dirigidas em grupos ou ensinamentos restituídos pelo coletivo, sempre organizada pelo princípio da ZDP. As interações em sala de aula entre alunos-professores, alunos-alunos é de suma importância, uma vez que as trocas de saberes são essenciais no desenvolvimento individual da criança.

Em síntese, o autor da teoria sócio construtivista retrata que no ambiente escolar o aprendizado não deve esperar o desenvolvimento, pois é o aprendizado que impulsiona o desenvolvimento. Por isso, é importante desde cedo, a criança ter acesso à leitura, números e outros conteúdos que serão ensinados no ambiente escolar.

Assim sendo, de acordo com Oliveira (1997, p. 107) o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento, ou seja, que se dirigem as funções psicológicas que estão em vias de se completarem. Essa dimensão do desenvolvimento psicológico é de grande importância para a educação, pois permite compreender os processos de desenvolvimento que embora presentes no indivíduo, necessitam da intervenção, ou seja, da colaboração de mediadores mais experientes, para que assim, possam se consolidar e, como consequência, ajudar a definir campo e as possibilidades de atuação pedagógica. Sendo assim, o desenvolvimento e aprendizagem caminham juntos, onde o professor tem o papel de articulador de conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se pela construção desse artigo, que apesar de Vygosty ter vivido somente até os 37 anos de idade, deixou diversos conceitos e sugestões para a educação, mostrando que a criança é um ser desde o nascimento social, que precisa se reconstruir por meio de permanentes inter-relações. Além disso, a linguagem adquire um papel primordial neste processo, pois ela possibilita a comunicação e o diálogo entre os educandos, contribuindo também para mediação de conhecimentos entre o professor e aluno.

Com base na teoria sociointeracionista é aconselhável que o professor motive as crianças a pensar, sair da sua zona de conforto e adquirir o seu potencial. E isso será possível a partir do momento que são realizados trabalhos e atividades em grupo, no qual poderão problematizar e discutir situações diversas, conforme sua faixa etária.

Conclui-se com a pesquisa que este assunto abordado adquire grande importância para a comunidade, pois apresentou diversas concepções da teoria de Vygotsky que podem ser usadas na prática pedagógica, a fim de facilitar o processo do desenvolvimento da aprendizagem das crianças. E também, para os acadêmicos da instituição de ensino, precisa-se compreender como ocorre o aprendizado e desenvolvimento dos educandos, no qual o artigo vem trazendo definições e discussões sobre as implicações da teoria para a prática.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 – Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALLIANO, A. G. **O Método Científico**: Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Aparecida. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MARTINS, J. C. Vygotsky e o Papel das Interações Sociais na Sala de Aula: Reconhecer e Desvendar o Mundo. **Série Ideias**, n. 28. p. 111-122, São Paulo: FDE, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, M. K. de. Desenvolvimento e aprendizado. In: OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky Aprendizado e Desenvolvimento**: um processo sócio - histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

_____. OLIVEIRA, V. B. **O brincar e a Criança do Nascimento aos Seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva teórico cultural da educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. (2001). **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Wikipédia. **LEV VYGOTSKY**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky. Acesso em: 24/03/2012

CHEQUE PÓS-DATADO E SEUS ASPECTOS INDENIZATÓRIOS: DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ASPECTOS INDENIZATÓRIOS

Marla Denilse Rheinheimer¹

RESUMO

O presente trabalho consiste numa breve análise sobre o cheque pós-datado, da responsabilidade dele decorrente e os aspectos passíveis de indenização. Para melhor compreensão do tema, fizemos uma síntese acerca dos aspectos legais do cheque, de acordo com a Lei nº 7.357/85. O cheque pós-datado é largamente utilizado nas relações comerciais brasileiras, no entanto, não possui regulamentação por lei. Os conflitos resultantes de tal prática são resolvidos pela Jurisprudência pátria, que consolidou o entendimento de que o cheque pós-datado é uma relação contratual existente entre o emitente e o tomador que ajustam a apresentação do título para data futura. Assim, apresentado o título antes da data acordada, caberá a indenização pelos danos que o emitente vier a sofrer. A responsabilidade civil, no caso, de acordo com o entendimento dos tribunais, recai sobre o tomador do título que o apresentar antes da data ajustada. O banco só terá responsabilidade se descontar antecipadamente o cheque que estiver sob sua custódia em virtude de operação de desconto. Assim, é lícito ao emitente lesado requerer a indenização correspondente se frustrado o acordo realizado para apresentação do cheque somente em data futura.

Palavras-chave: Cheque pós-datado. Desconto antecipado. Direitos do Consumidor. Leis.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil se subdivide em objetiva e subjetiva. Na primeira, responsabilidade civil objetiva, não se exige prova de culpa do agente para o fim de obrigá-lo a reparação do dano causado. Basta apenas a aferição da existência do dano e o nexo de causalidade. Na segunda, responsabilidade civil subjetiva, ocorre exatamente o contrário, pois nesta, além do dano e nexo de causalidade, o ordenamento jurídico pátrio também exige a presença do elemento culpa, pressuposto necessário do dano indenizável.

O nosso Código Civil adotou a teoria da responsabilidade subjetiva quando dispôs no texto do seu artigo 186 que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002).

Dessa forma, para que haja o dever de indenizar deverá ficar caracterizada a “ofensa a uma norma preexistente ou o erro de conduta do suposto ofensor, o dano efetivamente sofrido pelo ofendido e o nexo de causalidade entre uma e outra.” (ANDREATTA, 2004, p. 66).

¹ É Advogada especialista em Direito Constitucional ofertado pela Escola de Ensino Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e professora da Faculdade Eduvale/Jaciara.

Da Responsabilidade Civil no Cheque Pós-Datado

A Lei do Cheque, como já visto, considera não escrita qualquer menção feita no título acerca de data futura, devendo o banco efetuar o pagamento assim que o título for apresentado para compensação. Nessa hipótese, segundo entendimento doutrinário, o banco ou a instituição financeira deve simplesmente ignorar a menção da data futura, e, se preenchidos os demais requisitos essenciais do cheque, não poderá se negar a efetuar o pagamento do referido título se o sacador tiver suficiência de saldo em conta para tanto, ou a respectiva devolução, na hipótese de insuficiência de fundos.

No entanto, para que o emitente lesado possa demandar judicialmente contra o responsável, é necessário que demonstre a ofensa a uma norma preexistente ou o erro de conduta do suposto ofensor, o dano efetivamente sofrido pelo ofendido e o nexo de causalidade entre uma e outra.

Neste contexto, o que poderia gerar certa dificuldade ao emitente lesado seria a demonstração da ofensa a uma norma preexistente, já que não há previsão legal em nosso ordenamento jurídico para o cheque pós-datado, pois de acordo com o texto legal o cheque é ordem de pagamento à vista e, portanto, pagável no momento da apresentação se preenchidos os demais requisitos legais. Dessa forma, não estaria, ao menos em linha de princípio, o tomador do referido título cometendo ato ilícito.

Mas tal assertiva não é o entendimento majoritário dos Tribunais pátrios, uma vez que consideram como ato ilícito o desconto antecipado do cheque aceito como pós-datado, revelando, assim, a ineficácia do texto legal em relação ao beneficiário que aceitou o título nessa condição.

Dessa forma, não poderá o tomador do referido título descontá-lo precipitadamente invocando ao seu favor a lei que regulamenta o cheque em detrimento do acordo previamente estipulado com o emitente, pois estaria, desta maneira, agindo de forma ardilosa, violando os princípios basilares do direito, tais como a confiança e boa-fé e, acima de tudo, ferido mortalmente a noção de moral e de justiça, conforme entendimento doutrinário:

A manifestação do mencionado Tribunal Superior revela a ineficácia da norma que impõe a utilização do cheque como ordem de pagamento à vista. [...] Tal *decisum*, contudo, não se encontra eivado de vício; pois se adequou, através do mesmo, a norma positivada à vigente noção de justiça. A justa prestação jurisdicional representa a razão de ser, a finalidade, o objetivo do direito. Não se pode, sob a escusa de uma obediência cega e irrestrita a legislação, macular os princípios de justiça. Acentua-se, ainda, que aquele que recebe o cheque pós-datado compromete-se, moralmente, a somente apresentá-lo na data indicada no documento. Quando age

de forma diversa do ajustado, o portador do cheque, frustrando expectativa do emitente, adota comportamento ardiloso, contrário aos preceitos morais e aos usos e costumes do comércio. Configura-se, nesta hipótese, traição à confiança depositada no detentor do título. (ANDREATTA, 2004, p. 67-68).

Assim, temos que o emitente do cheque pós-datado tem o direito de demandar contra o responsável os prejuízos que sofreu em decorrência da quebra do contrato verbalmente estabelecido. Para tanto deverá ser provado o ato ilícito cometido pelo agente – o desconto antecipado do cheque aceito como pós-datado –, o efetivo dano sofrido e o respectivo nexo de causalidade já que se trata de responsabilidade civil subjetiva.

Da responsabilidade do sacado

O sacado (banco ou instituição financeira) que desconta o cheque pós-datado possui responsabilidade perante o sacador (emitente) pelos danos sofridos? A resposta a este questionamento pode variar a partir da análise do caso concreto, conforme veremos nas linhas que seguem.

Sabemos que a emissão de cheque pós-datado não põe a salvo o emitente de eventuais riscos e prejuízos, vez que este pode ver o título ser descontado antecipadamente. A Lei nº 7.357/85, em tese, admite a emissão de cheque pós-datado, uma vez que prevê no parágrafo único, do artigo 32, que “o cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação”, tornando, dessa forma, obrigatório o seu pagamento no momento da apresentação, ainda que haja a inserção de data futura no título, a qual deverá ser simplesmente ignorada pelo banco sacado.

Dessa forma, o cheque, ainda que pós-datado, não perde a sua natureza cambiária, sendo que o banco sacado não possui a faculdade em optar pelo pagamento ou não do título assim que lhe for apresentado, já que a lei lhe impõe tal conduta, a teor do dispositivo legal acima mencionado. Assim, deverá o sacado efetuar o pagamento do cheque que lhe for apresentado antecipadamente se houver saldo em conta para tanto; ou efetuar a respectiva devolução por insuficiência de fundos, não lhe cabendo qualquer responsabilidade por esta conduta.

Gladston Mamede, ao se reportar ao assunto, diz que a estipulação de data futura não tem validade como negócio cambiário e não possui eficácia perante o banco sacado; no entanto, possui eficácia como negócio civil, porquanto o beneficiário deverá cumprir com o ajuste sob pena de responsabilidade, o que não ocorre com o sacado, vez que este, como dito

acima, apenas fica adstrito à norma legal, devendo pagar o título ou devolvê-lo, conforme for o caso, vejamos:

O chamado cheque pré-datado, portanto, pode ser apresentado antes da data indicada e o banco deverá pagá-lo, se houver fundos, ou recusar o pagamento por falta de fundos. A indicação de data futura e mesmo indicações como *bom para* ou *depositar em* não impedem o pronto depósito do título. Os tribunais entendem, todavia, que essa estipulação, embora não tenha validade como negócio cambiário (isto é, sob a perspectiva das normas que regulam os títulos de crédito), vale como negócio civil: as partes ajustaram uma apresentação posterior e o beneficiário deve respeitá-la. Se desrespeitada, apresentando antes o cheque, o valor deverá ser pago ou o título será devolvido por falta de fundos; mas o apresentante responderá pelas perdas e danos que causar, fruto do ilícito civil (desrespeito ao ajuste de apresentação posterior). (MAMEDE, 2006, p. 389).

Fábio Ulhoa Coelho também reforça o entendimento de que a pós-datação do cheque não produz efeitos perante o banco sacado, vejamos:

Embora a pós-datação não produza efeitos perante o banco sacado, na hipótese de apresentação para liquidação, ela representa um acordo entre o tomador e emitente. A apresentação precipitada do cheque significa o descumprimento do acordo (COELHO, 2004, p. 441).

Assim, temos que o banco sacado é terceiro estranho à relação negocial existente entre o emitente e o tomador, e, por isso, o contrato realizado entre estes só vincula as partes contratantes - emitente e tomador -, não gerando efeitos em relação a terceiros, no caso o sacado. Daí, no dizer de Venosa (2004, v. 2, p. 391), os efeitos do contrato “não podem nem prejudicar, nem aproveitar a terceiros. [...] o contrato é *res inter alios acta, aliis neque nocet neque potest*. [...] o contrato não produz efeito com relação a terceiros, a não ser nos casos previstos na lei.”

Cahali afirma, no entanto, que apesar da desvirtuada forma de utilização do cheque na prática das relações comerciais, conceitualmente o referido título jamais deixou de ser uma ordem de pagamento à vista. E, tendo por base a norma emanada do artigo 13, da Lei do Cheque, prossegue o autor dizendo que são autônomas e independentes entre si as relações bancárias existentes entre o sacador e sacado, de um lado; e de outro, o sacador e o tomador (beneficiário). O banco sacado, em relação a estes últimos, é terceiro, e ainda mais assim o é, na hipótese de eventual acordo celebrado entre o sacador e o beneficiário do título, quando de sua emissão (CAHALI, 2005, p. 466).

Ressalta ainda que nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída ao banco sacado se este, em havendo saldo, efetuar o pagamento do cheque apresentado antes da data ajustada

entre o emitente e o beneficiário, visto que estará apenas exercendo um direito que lhe fora conferido, resolvendo-se a questão sob os auspícios da responsabilidade contratual que envolve tão somente o emitente e o tomador (beneficiário) do referido título, vejamos:

Mas, em qualquer das hipóteses, pressupondo ambas a existência de fundos em poder do sacado, fazendo ou recusando o pagamento imediato do cheque ao apresentante precipitado, nenhuma responsabilidade pode ser atribuída ao banco, na medida em que este, em tese, terá exercido um direito que se lhe tenha reconhecido; se feito o pagamento, [...], nenhum ilícito terá praticado; em todos os casos, a questão resolve-se em termos de simples responsabilidade contratual, envolvendo apenas a pessoa do beneficiário do título, que antecipou a sua apresentação a desconto e obteve o seu pagamento antes de vencida a dívida, afrontando o dever de lealdade e as obrigações recíprocas ajustadas com o devedor. (CAHALI, 2005, p. 467-468).

Partindo do entendimento de que o banco sacado deve fazer o pagamento do cheque pós-datado apresentado antes do advento do termo ajustado entre o emitente e o beneficiário, é lícito também que o possa devolver por insuficiência de fundos se não houver saldo em conta para resgatá-lo. Dessa forma, estará legitimado o posicionamento adotado pelo banco sacado: pagamento, em havendo saldo; e a recusa, devolução por insuficiência de fundos. Para esta última hipótese, qualquer providência posterior tomada pelo apresentante frustrado será de responsabilidade deste, visto que o banco sacado apenas exerceu regularmente seu direito (exercício regular do direito). Quanto à primeira hipótese, a de ter sido efetuado o pagamento por haver saldo suficiente em conta para tanto, neste caso também responde o apresentante precipitado pelos danos causados ao emitente, já que a apresentação antecipada configura um ilícito contratual, vejamos:

A se aceitar – como aceitamos, conforme resulta da lei e segundo seus intérpretes mais autorizados – que o banco *deve* fazer o seu pagamento imediato, no momento mesmo da apresentação, é lícita a recusa de pagamento pelo banco, com a devolução do cheque ao apresentante, se, *naquele momento*, não existiam fundos suficientes em poder do sacado; assim legitimada a recusa, representa ela exercício regular de direito, e qualquer diligência ou providência *posterior*, adotada pelo apresentante frustrado, é da inteira responsabilidade deste, ainda que consequente da justa devolução do cheque pelo banco; também será responsabilidade do apresentante prematuro ou precipitado qualquer efeito danoso que possa resultar da ilícita apresentação do título para pagamento desde logo, contrariando o acordo feito com o emitente. [...] Nessas condições, e conforme se tem decidido, “age com negligencia quem deposita cheque pré-datado, antes do prazo acertado, e, assim, dá causa a ato de negativação dos nomes dos emitentes sacados com sua inscrição no Cadastro dos Emitentes de Cheques sem Fundos, devendo, por isto, indenização pelos danos morais causados, excluída a responsabilidade de terceiro apresentante não cientificado da dilação. (CAHALI, 2005, p. 468-469).

Concluindo o seu raciocínio, o autor, restringindo a sua análise acerca da questão da responsabilidade civil decorrente da devolução do cheque pós-datado apresentado antecipadamente, ressalta que a questão pode ser encaminhada em função das circunstâncias fáticas, observando-se os seguintes critérios:

a) O banco sacado não só deve, como pode, efetuar o pagamento do cheque pós-datado apresentado antes da data avençada, visto que não há lei que o proíba de tal conduta, sendo lícito, portanto, que efetue a devolução do título por insuficiência de fundos se no momento não dispunha de saldo suficiente em seu poder para efetuar o pagamento. No entanto, isso não torna inválido o ajuste estabelecido entre o emitente e o beneficiário acerca da dilação do prazo. O banco sacado somente responderá pelos danos causados se estiver operando no mercado paralelo de desconto de cheques pós-datados, já que, neste caso, tomou para si a custódia dos títulos pós-datados, assumindo a responsabilidade de descontá-los tão somente quando do advento do termo previamente ajustado entre o emitente e o tomador.

Inexistente qualquer regra que proíba (antes, o contrário é que resulta da natureza do cheque e da sua disciplina na lei), o estabelecimento bancário não só deve, como pode, agindo de boa-fé, dispor-se ao pagamento do cheque pré-datado em qualquer tempo que venha a ser-lhe apresentado, mantendo-se incólume à transformação da natureza do título em razão da dilação obrigacional convencionada entre o emitente e o beneficiário, até porque a inserção de data futura poderá ser produto de mero erro ou equívoco do próprio sacador. Neste caso, apresentado o cheque, e não possuindo o cliente naquele momento os fundos necessários, é lícita a devolução do cheque, ainda que anotado o banco como sendo apenas esta a causa da devolução. Não operando o banco no 'mercado paralelo' de desconto ou caução de cheques pré-datados, não há como exigir-lhe um 'controle eficaz' sobre os mesmos, para penalizá-lo com responsabilidade civil decorrente do fato de devolver o cheque prematuramente apresentado, se não desfrutava o cliente de fundos, quando da apresentação; [...] (CAHALI, 2005, p. 471).

b) O banco responderá pelos danos causados se, em razão das circunstâncias ou da natureza das operações que triangularizam banco-sacador-beneficiário, tem ou deveria ter o conhecimento de que o cheque foi emitido para desconto em data futura, ficando, dessa forma, obrigado à observância do termo ajustado, já que, como dito, tem ou deveria ter ciência de que não se trata mais de uma ordem de pagamento à vista, mas de título de crédito a ser descontado futuramente.

Se, porém, em razão das circunstâncias ou da natureza das operações que triangularizam banco-sacador-beneficiário, o banco, ou as instituições financeiras que lhe fazem parceria, *tem ou deve ter conhecimento* de que o cheque pré-datado quando de sua emissão o fora esvaziado em sua função de ordem de pagamento à vista, para representar especial garantia de crédito futuro, responderão pelos danos morais causados em caso de devolução por insuficiência de fundos no momento em que o resgate foi antecipadamente pretendido. (CAHALI, 2005, p. 471).

Assim, de acordo com o entendimento doutrinário exposto, verificamos que o banco sacado, em regra, não possui responsabilidade pelo desconto ou devolução de cheque pós-datado que lhe é apresentado antecipadamente, visto que é terceiro em relação ao acordo estabelecido entre o emitente e o tomador, e não tem conhecimento de ajuste estabelecido, até porque a aposição da data futura pode ter sido um equívoco cometido no momento do preenchimento do título, ou até mesmo podem as partes ter desfeito o negócio anteriormente pactuado.

Contudo, o banco sacado terá responsabilidade se tiver ciência de que o título foi esvaziado em sua natureza cambiária, passando a figurar como título de crédito civil até o advento do termo ajustado, o que ocorre no momento em que recebe sob custódia cheques pós-datados, em operação de desconto. Neste caso, se o banco descontar antecipadamente o título, terá responsabilidade pelos danos causados ao emitente lesado.

Assim, “o critério distintivo quanto ao entendimento a ser adotado, portanto, é definido ao se indagar se o banco tinha ou deveria ter motivo para conhecer tratar-se de cheque para ser apresentado e pago na data futura nele inserida.” (CAHALI, 2005, p. 471).

Da responsabilidade do notário e do protesto do cheque pós-datado

Como já visto, o cheque pós-datado, em relação ao emitente e tomador, se esvazia em sua natureza cambiária, vez que assume natureza contratual, transformando-se em título de natureza civil, até o advento do termo ajustado. No entanto, para o banco assim como para o notário, o título permanece intacto em sua natureza cambiária. Ou seja, apresentado o título para protesto, se preenchidos os requisitos legais, poderá perfeitamente o responsável do cartório protestá-lo, porquanto está adstrito ao cumprimento da lei.

Mas cabe a indagação: e a responsabilidade civil do cartorário que protestar o cheque pós-datado?

Neste aspecto, verificamos que, se o ajuste da data futura foi realizado entre o emitente e o tomador do título, como pode o notário ter conhecimento e ser responsabilizado se é terceiro estranho em relação àquela avença?

Vimos em linhas passadas que a regra geral é que o contrato só vincula as partes contratantes, sendo que seus efeitos não podem nem prejudicar, nem aproveitar a terceiros, a não ser nos casos expressamente previstos em lei (VENOSA, 2004, v. 2, p. 391).

Neste caso, o notário é terceiro e não tem conhecimento do ajuste, e, dessa forma, não pode ser responsabilizado pelo protesto do cheque pós-datado.

Ademais, se está protestando o título é porque o ato ilícito já foi perpetrado pelo tomador precipitado ou pelo próprio banco, se o cheque estava sob sua custódia em virtude de operação de desconto.

Aliás, a doutrina já expôs que “deve ser particularmente agravada a condenação, se o credor protestar o cheque pós-datado apresentado precipitadamente e devolvido sem fundos” (COELHO, 2004, p. 443).

Não cabe, portanto, responsabilidade ao cartorário, visto que é terceiro em relação ao negócio realizado entre as partes.

Da responsabilidade do tomador/beneficiário

Ninguém é obrigado a aceitar cheque pós-datado como forma de pagamento; contudo, em havendo a aceitação, surge daí um acordo de vontades entre o emitente e o beneficiário, retirando do cheque o seu elemento essencial, que é o de ordem de pagamento à vista, atribuindo-lhe, dessa forma, a característica de uma simples garantia de dívida ou promessa de pagamento, transformando-o, para as partes contratantes, num título de crédito de natureza civil, até o advento do termo ajustado. No entanto, sem prejuízo do ajuste estabelecido, o cheque pós-datado preserva algumas características originárias da cártula e, por isso, advindo a data convencionada pelas partes (emitente e beneficiário), o título readquire a sua eficácia cambiária plena - a de ordem de pagamento à vista, vejamos:

Ninguém é obrigado a aceitar cheque *em pagamento* [...], e portanto muito menos *cheque pré-datado*; a sua aceitação pelo credor decorre necessariamente de um acordo tácito ou expresso de vontade entre o emitente e o beneficiário, em razão do qual, implicitamente, desfiguram o título como *cheque*, retirando-lhe o elemento essencial de ordem de pagamento à vista, para fazer dele uma simples garantia de dívida ou promessa de pagamento *a termo*; ainda que sejam preservadas algumas características originárias da cártula, uma vez que, exaurido o termo convencionado pelo advento da data pré-fixada, o cheque readquire a sua eficácia plena de ordem de pagamento à vista, possibilitando o imediato adimplemento da obrigação (cambiária) que nele se insere, através do levantamento de fundos existentes em poder do banco-sacado; não tipificando, aliás, essa forma de pagamento por meio de cheque [...] nenhuma infração à lei penal. (CAHALI, 2005, p. 462).

O referido autor observa ainda que se trata de uma obrigação cambiária a termo, não sendo lícito ao beneficiário exigir o pagamento do cheque pós-datado antes da data avençada com o emitente, visto que “embora válida a obrigação e adquirido o direito de crédito, este

não poderá ser exercido antes de vencido o prazo (art. 131, do CC [...]).” (CAHALI, 2005, p. 162).

Neste aspecto, a apresentação precipitada do referido título revela a prática de ato violador não só da boa-fé, mas também do próprio acordo celebrado entre o emitente e o beneficiário do cheque pós-datado, e, por isso, caracteriza ato ilícito, gerando para o beneficiário precipitado o dever de indenizar os prejuízos causados ao emitente.

A propósito, como já exposto acima, segundo entendimento doutrinário “deve ser particularmente agravada a condenação, se o credor protestar o cheque pós-datado apresentado precipitadamente e devolvido sem fundos”. (COELHO, 2004, p. 443).

Da responsabilidade do emitente (sacador) em relação ao cheque pós-datado

Importante ressaltarmos que a doutrina se manifesta no sentido de que não configura crime a emissão de cheque pós-datado emitido em garantia de dívida, visto que esvaziado em sua natureza cambiária em relação ao emitente e tomador, até o advento do termo ajustado, como visto anteriormente, e, por isso, o emitente não está obrigado a resgatá-lo antes da data acordada, vejamos:

Assim desfigurado o instituto, a jurisprudência criminal, de maneira tranquila, recusa tipificá-lo como ‘fraude no pagamento por meio de cheque’, previsto no art. 171, § 2º, VI (emissão de cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado), afirmando-se, mesmo, que o cheque pré-datado, emitido como garantia de dívida, não constitui ordem de pagamento à vista; o emitente, por isso, não é obrigado a resgatá-lo antes da data aprazada. (CAHALI, 2005, p. 461).

Tal prática – podemos dizer costume difundido nas relações comerciais –, afastou a incidência do Código Penal, visto que o título pós-datado é emitido como garantia de dívida, e não como ordem de pagamento à vista, tal qual previsto na Lei nº 7.357/85, razão pela qual não tipifica o crime descrito no artigo 171, § 2º, VI, do Código Penal Brasileiro.

A propósito, os Tribunais Pátrios também tem se posicionado nesse sentido, vejamos:

A emissão de **cheques** como garantia de dívida (**pré-datados**), e não como ordem de pagamento à vista, não constitui **crime** de estelionato, na modalidade prevista no art. 171, § 2º, inciso VI, do Código Penal. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (BRASIL, 2003).

Assim, é plenamente lícita a emissão de cheque para desconto em data futura, sendo lícito, também, ao emitente exigir a indenização por perdas e danos sofridos em virtude do

desconto antecipado, não lhe cabendo qualquer responsabilidade civil em virtude do ajuste, vez que se trata de um livre acordo de vontade entre as partes, no caso: emitente e o tomador, cabendo tal responsabilidade a este último na hipótese de desconto antecipado do título pós-datado, como visto anteriormente.

DO DANO MORAL E MATERIAL DECORRENTE DO DESCONTO ANTECIPADO DO CHEQUE PÓS-DATADO

O Código Civil Brasileiro, ratificando posição já há muito sedimentada em nossa doutrina e jurisprudência, prevê em seu artigo 186 que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002,). Para a doutrina, ato ilícito é aquele “praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual” (FIUZA, 2003, p. 184).

Entretanto, para configurar o ato ilícito é imprescindível que se encontrem presentes os seguintes elementos que são essenciais: a) fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência; b) ocorrência de um dano patrimonial ou moral; c) o nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente.

As consequências jurídicas oriundas do ato ilícito estão previstas nos artigos 927 a 954, do atual Código Civil brasileiro, e geram a obrigação de indenizar. Assim, causado o dano a outrem, exsurge do dever de repará-lo.

No nosso ordenamento jurídico existem duas modalidades de dano: material e moral. O primeiro, o dano material, é uma lesão concreta que afeta um interesse relativo ao patrimônio da vítima, cujo desfalque deve ser reparado civilmente. O segundo, por sua vez, por ser imaterial, é mais difícil de ser mensurado, visto que o bem moral atingido não pode ser exprimível em pecúnia. Dessa forma, deve o operador do Direito atentar para critérios subjetivos a fim de criar uma equivalência entre o dano sofrido pela vítima e a culpa do ofensor.

O *caput* do artigo 944, do Código Civil de 2002, prevê que “a indenização mede-se pela extensão do dano” (BRASIL, 2002). Assim para se aferir qual o real valor devido a título de indenização por dano, seja este moral ou material, deve o operador do Direito se atentar para o resultado da lesão, para o dano e sua extensão.

A indenização imposta, no entanto, não deve simplesmente servir para a reparação de alento ao ofendido, deve ser severa o suficiente para sancionar o lesionante, porquanto possui ela caráter punitivo-educativo-repressor, não devendo apenas reparar o dano e repor o patrimônio abalado, mas também atuar de forma intimidativa para impedir e reprimir novos atentados ao Direito.

Em se tratando de cheque pós-datado, não poderia ser diferente, visto que o desconto antecipado configura ato ilícito e gera o dever de indenizar, conforme já visto anteriormente.

Cabe ao emitente que teve o título apresentado antes do termo ajustado, ajuizar ação de indenização pelos danos sofridos, que tanto podem ser de ordem material e/ou moral, conforme o caso concreto.

Na primeira hipótese, o dano material causado quando for liquidado o cheque apresentado antes da data ajustada pode se dar, dentre outros, da seguinte forma: a) antecipação de desembolso; b) uso do limite do cheque especial; c) a não-remuneração dos recursos do correntista em aplicações financeiras; d) a incidência de juros, taxas e demais encargos; e) a devolução por insuficiência de fundos de outros cheques que são apresentados corretamente na data aprazada; dentre outros.

O dano moral, no entanto, exsurge quando ocorrer a devolução do título por insuficiência de fundos o que gera a inclusão do nome do emitente no serviço de proteção ao crédito, o que causa extremo constrangimento, o que justifica a condenação do tomador precipitado a indenização pelo dano moral causado ao emitente. Aliás, este tem sido o entendimento doutrinário, vejamos:

Além da responsabilidade pelos danos materiais experimentados pelo consumidor, cabe a condenação do credor do cheque pós-datado de apresentação precipitada, pelos danos morais que o emitente sofre na hipótese de devolução por insuficiência de fundos. A comunicação aos bancos de dados mantidos pelo empresariado, para proteção do crédito (SERASA, Telecheque, etc) ou a inscrição no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (CCF) envolve, normalmente, o consumidor em situações de extremo constrangimento. Pessoas honestas, que nunca passaram cheque sem fundos, vêm dificultado ou mesmo bloqueado o acesso ao crédito, em diversos estabelecimentos empresariais, em decorrência na verdade do descumprimento, pelo fornecedor, da obrigação que havia assumido de não apresentar o cheque à liquidação antes de certa data. Tais contrangimentos justificam a condenação do tomador do cheque pós-datado, no pagamento de indenização moral. (COELHO, 2004, p. 443).

Dessa forma, poderá o emitente propor a ação de indenização contra àquele que praticou o ato ilícito que, geralmente, é o tomador do título que o desconta precipitadamente, ressalvado o caso do banco que pode também ser o responsável pelos danos causados ao

emitente caso tenha descontado antecipadamente o cheque pós-datado que estava sob sua custódia em virtude de eventual operação de desconto. Em tal ação, portanto, podem ser cumuladas as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato, se for o caso, a teor da Súmula 37, do STJ.

CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo ficou demonstrado que, segundo o entendimento doutrinário e Jurisprudencial, o cheque, título de crédito que é, sofre processo de desnaturação em sua natureza cambiária, visto que na prática, não raras as vezes, se altera o instituto previsto no artigo 32, da Lei nº 7.357/85, porquanto é emitido com aposição de data futura como forma de ampliação do prazo de pagamento.

Verificamos, também, que a lei não proíbe a emissão de cheque pós-datado, vez que o próprio parágrafo único, do artigo 32, acima mencionado, admite expressamente que pode haver emissão de cheque com data futura, quando dispõe que o cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação. Emitir cheque pós-datado, no entanto, não configura ato ilícito.

Assim, a aposição de data futura no cheque desnatura o título cambiário em relação ao emitente e o tomador. Estabelece-se, neste momento, uma relação contratual entre as partes que transformam o cheque em título de dívida civil e a este pacto ficam vinculadas. No entanto, a natureza contratual não retira do título a sua natureza cambiária, vez que esta subsiste já que o sacado pode efetuar o pagamento do valor nele mencionado, se preenchidos os demais requisitos legais, ainda que seja apresentado antecipadamente.

O prazo prescricional para o cheque pós-datado é o mesmo previsto no artigo 59, da Lei nº 7.357/85. No entanto, a contagem sofre alteração, devendo ter início a partir da primeira apresentação antecipada ao sacado do cheque cuja data futura é inserida no campo específico para a data de emissão, pois, do contrário estar-se-ia beneficiando o credor que descumpriu a obrigação de não fazer assumida com o emitente, uma vez que o prazo prescricional ficaria ampliado caso só se iniciasse a partir da data aposta no título, ainda não esgotada diante da apresentação antecipada.

Sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, ainda mais está protegido o acordo celebrado entre o consumidor e o fornecedor de produtos e serviços, vez que este, geralmente, já se vincula ao cheque pós-datado antes mesmo de recebê-lo do seu cliente, visto que em sua

oferta já ostenta que aceita o título desnaturado como forma de pagamento. Assim, perfeitamente cabível a indenização por danos materiais e morais sofridos pelo consumidor que foi lesado pelo descumprimento da obrigação de não fazer do fornecedor, tomador do cheque pós-datado.

No entanto, lamentavelmente até hoje não há regulamentação legal para a situação. O banco simplesmente paga ou devolve o título, no caso de insuficiência de fundos, uma vez que está adstrito à Lei. Só terá responsabilidade civil se descontar antecipadamente o título que estiver sob sua custódia em virtude de operação de desconto.

O notário/registrador também não poderá ser responsabilizado civilmente pelos prejuízos que o emitente vier a sofrer, visto que, assim como o banco, é terceiro estranho à relação contratual existente entre o emitente e o tomador do título pós-datado.

A responsabilidade civil, no entanto, recai sobre o tomador precipitado que descumpre os termos do ajuste realizado e apresenta o cheque antes do advento da data aprazada.

O emitente, por sua vez, não responderá pelo crime previsto no artigo 171, § 2º, VI, do Código Penal Brasileiro, visto que o costume difundido nas relações comerciais afastou a incidência do Código Penal, porquanto o título pós-datado é emitido como garantia de dívida, e não como ordem de pagamento à vista, tal qual previsto na Lei nº 7.357/85, o que afasta o dolo e não tipifica o delito.

Assim, concluímos que a situação posta neste artigo revela que se faz necessário que os legisladores pátrios se posicionem de forma expressa acerca do assunto, uma vez que cumpre ao Poder Legislativo editar normas que regulem o costume, e com o uso do cheque pós-datado não pode ser diferente, já que tal prática está consolidada nas relações comerciais e se reveste ainda de incertezas e imprecisões. Aliás, dúvidas não existem quanto ao uso do referido título de forma diversa daquela legalmente prevista, sendo que atualmente os Tribunais Pátrios procuram resolver da forma mais coerente possível os conflitos decorrentes de tal prática, razão pela qual não pode permanecer omissa o legislador diante da notoriedade do caso posto.

Afinal, o Direito não é uma ciência estagnada no tempo. Pelo contrário, deve acompanhar as variações e intercorrências, fluxos e refluxos no espaço e no tempo, de acordo com as necessidades sociais, elaborando novas leis ou reformulando as já existentes, evitando, assim, o surgimento de conflitos.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, Vanessa Regina. **O Cheque pós-datado em vista das exigências da lei do cheque**. São Paulo: Direito, 2004.

ALDROVANDI, Andrea. Cheque pós-datado. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4048>>. Acesso em: 7 set. 2007.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997**. Brasília, 10 set. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9492.htm>>. Acesso em: 7 set. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Brasília, 11 set. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8078.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985**. Brasília, 2 set. 1985. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7357.htm>>. Acesso em: 7 set. 2007.

BRASIL. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Comentado pelos autores Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e, Daniel Roberto Fink, José Geraldo Brito Filomeno, Kazuo Watanabe, Nelson Nery Junior, Zelmo Denari. 8. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso ordinário em habeas corpus nº 13.793 – SP (202/0169545-2)**. Recorrente: Jacinta de Medeiros Trivelatto. Recorrido: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Brasília, 2 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=cheque+e+pr%E9-datado+e+crime&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>>.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Danos morais: cheque sem fundos. **Consulex**, Brasília, DF, ano 3, n. 26. 28 fev. 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1

FIUZA, Ricardo. **Novo código civil comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2004.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2.

RIEZO, Barbosa. **Do Cheque**: teoria, legislação, jurisprudência e prática. São Paulo: Lexbook, 1999.

ROZA, Adriana de Andrade. O cheque "pré-datado" à luz do código de defesa do consumidor. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 63, mar. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3842>>. Acesso em: 7 set. 2007.

SILVA, Rosângela. **Do cheque pré**: teoria, jurisprudência, legislação, prática. São Paulo: Edijur, 2002.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v. 1

SAÚDE ESCOLAR: A IMPORTANCIA DA BOA ALIMENTAÇÃO PARA AS CRIANÇAS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL: ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL 1º CICLO

Jaciane Lopes Da Silva
Lucimara Paes Dias
Eliane Da Silva Costa
Karla Fernanda Proença Costa

RESUMO

Este artigo aborda a importância da boa alimentação para as crianças no período do Ensino Fundamental e Infantil, uma vez que nesse período a criança passa por uma fase de crescimento físico e desenvolvimento intelectual. Trouxe como objetivo geral apresentar a importância da boa alimentação no Ensino Fundamental, na escola Municipal Monteiro Lobato. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e do estágio presencial realizado no primeiro semestre do ano de 2018, nas salas do existente na unidade de ensino. A análise de dados foi a partir da vivência obtida no estágio e das idéias expostas nas literaturas encontradas, no qual foi possível concluir que crianças bem alimentadas, durante o período do Ensino infantil e Fundamental apresentam disposição para a realização das atividades, diminuindo assim a evasão escolar.

Palavras Chave: Alimentação. Crianças. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como finalidade relatar as observações efetuadas no estágio vivenciado na escola Municipal Monteiro Lobato, situada no Município de Juscimeira, durante o primeiro semestre do ano de 2018, sendo este efetuado no Ensino Fundamental, onde nesta há existência de 04 turmas da Educação Infantil.

O tema abordado propiciou um conhecimento sobre a importância da boa alimentação para as crianças do 1º ciclo do Ensino Fundamental, no qual foi possível aprofundar o assunto e perceber que uma alimentação rica em vitaminas, proteínas, e sais minerais, faz toda a diferença para o crescimento físico e o desenvolvimento psicológico das crianças nesse período em que é constituída toda a base educacional do ser humano, sendo esse um momento no qual a criança leva consigo por toda a vida, pois, trata-se da formação e armazenamento de conteúdo em sua mente.

O ponto de vista sob o qual o assunto foi abordado volta-se para a necessidade da Escola na condição de subsidiária educacional promover e inserir em seu contexto, ações voltadas à alimentação, saúde e desenvolvimento.

A promoção de uma alimentação saudável no espaço escolar pressupõe a integração de ações em três pontos fundamentais: (1) ações de estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de atividades educativas que informem e motivem escolhas individuais; (2) ações de apoio à adoção de práticas saudáveis por meio de oferta de uma alimentação nutricionalmente equilibrada no ambiente escolar e (3) ações de proteção à alimentação saudável, por meio de medidas que evitem a exposição da comunidade escolar a práticas alimentares inadequadas.

A pesquisa trouxe como objetivo geral: apresentar a importância da boa alimentação para os alunos ali atendidos. Pretende-se com esse tema desenvolver um trabalho interdisciplinar, levantando curiosidades, e promovendo conhecimento prévio dos alunos acerca da temática.

O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica, através de um estágio realizado no segundo primeiro do ano de 2018, na Escola Municipal Monteiro Lobato, nas salas do 1º Ciclo do Ensino Fundamental e Educação Infantil ali atendidas, em seguida foi efetuado um levantamento bibliográfico, ou seja, a partir de fontes escritas sobre o tema escolhido.

Esse procedimento utilizado possibilitou a ampliação do conhecimento teórico, bem como a fundamentação dos pontos importantes que permearão o estudo. As principais fontes enfocadas foram: livros; publicações; artigos; textos on line; revistas da área de Pedagogia reforçando dessa forma a compreensão da questão em pauta.

De acordo com Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica; ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo; desde publicações avulsas; boletins; jornais; revistas; livros; pesquisas; monografias; teses; material ortográfico; etc.; até meios de comunicações orais: rádios; gravações em fita magnética e áudio visual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito; dito ou filmado sobre determinado assunto; inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma; quer publicado quer gravado (LAKATOS; MARCONI; 2002 p.71).

A pesquisa bibliográfica também nos permite maiores esclarecimentos específicos sobre o assunto; ao possibilitar a explicação e o subsídio teórico daquilo que será abordado referente ao tema trabalhado. Além do levantamento bibliográfico, utilizar-se-á a pesquisa descritiva, visando identificar as características do público alvo e assim obter as informações consideradas relevantes, partindo do ponto de vista de toda comunidade escolar.

Gil declara que:

[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou; então; o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados; tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42).

A análise de dados foi a partir da vivência obtida no estágio e das ideias sobre a temática expostas nas literaturas encontradas, no qual pode-se dar sustentabilidade aos objetivos.

1.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR

Nos últimos anos o Ensino Fundamental, vem sofrendo grandes mudanças, exemplo disso é a recente implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, em que as crianças com seis anos devem frequentar a 1ª série, com isso as crianças estão vindo para a escola cada vez mais cedo, diante disso as escolas vem enfrentando também grandes desafios para conseguir acompanhar as adaptações que necessitam ser feitas para se tornar atrativa aos olhos da comunidade escolar.

Os alunos necessitam de professores bem informados e preparados para trabalhar com as exigências impostas pela educação moderna e atualizada, que desperte o interesse e a vontade da criança de apropriar-se de novos conhecimentos e experiências positivas, a alegria da convivência e descobertas de saberes, valores e lições de cidadania que a acompanharão pela vida, tornando-a cidadã instruída, consciente de seus direitos e de seus deveres.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 73) na atualidade o ensino deve ser pautado por:

Um ensino em que o conteúdo não seja visto com fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicas (BRASIL, 1997, p. 73)

O conteúdo trabalhado na sala de aula foi o que nos motivou a desenvolver esse trabalho, pois trata-se da importância da alimentação saudável, para crianças nessa faixa etária, os conteúdos relacionados com cuidados para serem ministrados dentro da sala de aula.

Os seres vivos em especial os seres humanos, precisam de cuidados especiais em relação à saúde e a alimentação para crescerem e se manterem saudáveis, nesse caso a escola assume um caráter transformador proporcionando não apenas o acesso às informações mais

permitindo criar conceitos atitudes e mudanças de comportamento nos hábitos alimentares já existentes, para que haja uma interatividade no que é ensinado e o que é aprendido.

Deve-se propor às crianças uma construção permanente de conhecimentos para que haja interação com o meio, numa ação onde o professor explora os conhecimentos prévios, o sentir, o compreender, e o transformar trabalhando sempre em equipe no processo coletivo no qual aluno irá interagir com o ambiente.

Sabendo da importância desse assunto no currículo, enquanto instrumento da cidadania democracia deve contemplar esse assunto e estratégia de aprendizagem que capacitem o ser humano para realizar uma alimentação saudável e sabendo da importância desse assunto no currículo, enquanto instrumento da cidadania democrática, deve contemplar esse assunto (conteúdo) e estratégia de aprendizagem que capacite o ser humano para realizar uma alimentação saudável desenvolvendo assim, diretrizes apontadas pela UNESCO como eixos estruturais educacionais vivenciados na sociedade atual: aprender a conhecer/ aprender a fazer/ aprender a viver/ aprender a ser.

Neste sentido a necessidade de trabalhar esse assunto vem oportunizar o cotidiano de nossos alunos fazendo com que o ensino fique real, e proporcione o acesso a outras informações importantes sobre uma alimentação saudáveis, e quais são os pontos negativos e produtivos desta alimentação.

Segundo Shils e et al (2003, *apud* ALMEIDA 2010, p. 07)

As necessidades de nutrientes essenciais podem ser influenciadas por a presença na dieta de substâncias para as quais o nutriente é precursor, de substâncias que são precursoras do nutriente ou que interferem com a absorção ou utilização do nutriente; desequilíbrios e desproporções de outros nutrientes relacionados, alguns defeitos genéticos e o uso de drogas que podem prejudicar a utilização de nutrientes.

Assim, consciente de que o tema se insere ou, deve ser inserido, no primeiro campo de ação da prática pedagógica, observando a crescente curiosidade dos alunos a respeito dos alimentos e a valorização crescente em nosso país pela cultura. A educação alimentar deve ser inserida no contexto educacional logo cedo para instrumentalizar o indivíduo a agir sobre o mundo e ao mesmo tempo ter consciência da suas ações, cabendo, portanto a escola, não repensar meramente conhecimentos acabados, mas proporcionar uma dialética entre a teoria e a prática.

A educação alimentar deve-se considerar um processo ensino-aprendizagem incentivador, criativo, que propicie ao mesmo tempo uma realização prazerosa e empática. É

mestre que na educação alimentar necessite reformular novos conceitos educacionais que alicerce a educação de século XXI. Deve-se, portanto, proporcionar atividades relevantes para a vida do aluno. Através de uma aprendizagem significativa, o educando constrói seus conhecimentos que enriquece seus hábitos alimentares fortalecendo assim sua saúde física e mental.

De acordo com Ochsenhofer e et al (2000 *apud* ALMEIDA 2010, p. 10).

O papel da escola é fundamental na formação dos hábitos de vida dos estudantes e é responsável pelo conteúdo educativo global, inclusive do ponto de vista nutricional, pois as consequências da alimentação inadequada nesta idade podem caracterizar uma diminuição no aproveitamento do aluno.

A educação alimentar deve favorecer um ensino globalizado no quais os diferentes conteúdos das disciplinas estejam integrados, proporcionando um conhecimento do todo e não em partes, para tanto é necessária uma mudança na prática educativa, em que através de um trabalho integrador de ensinar, aprender e brincar, onde a criança possa aprender com prazer e desvendar o mundo que a cerca, favorecendo um ensino interdisciplinar sobre alimentação, uma vez que essa proposta já apresenta-se vinculada ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 4).

E dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Nesse caso torna-se importante que a criança possa, também, transportar para sua realidade novos hábitos alimentares e assim, com os novos conhecimentos ser capaz de transformar sua realidade.

É necessário ter sempre em mente que nossas vidas estão em constante transformação, necessitando de mudanças na alimentação em todas as faixas etárias, por isso é tão importante informações, leituras, orientações, para instruir a respeito da melhor alimentação possível, sabemos que os exercícios físicos também são necessários para uma vida, mais saudáveis, assim agindo e buscando, teremos a consciência tranquila de haveremos feito e ensinados da melhor forma possível uma boa nutrição consiste em diversificar equilibradamente vários tipos de alimentos, tanto de origens vegetal os de origem animal.

Comer é uma necessidade orgânica, pois os alimentos fornecem energia ao nosso organismo. A alimentação saudável deve ser rica em nutrientes, calorias, proteínas, vitaminas

etc., mostra que a adoção do estilo de vida saudável ajuda a prevenir e a combater doenças. Quanto mais natural a alimentação, melhor e pensadores honesto do século XXI. “Alunos que tem alimentação e hábitos de vida saudáveis aprende melhor e evitam a obesidade infantil e outras doenças isto já está confirmado”.

Levando a educação alimentar aos alunos e familiares e tendo atenção aos produtos servidos em suas dependências a escola está contribuindo para uma alimentação saudável que é conteúdo previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e é trabalhada como tema transversal ou nas aulas interdisciplinar, buscando assim, reformular os conceitos e inovar o aprendizado.

2.1 Descrição de como ocorre à educação alimentar na Escola Monteiro Lobato

A Escola Municipal de I Grau Monteiro Lobato, trata-se de uma escola Municipal, situada na sede do município de Juscimeira Estado de Mato Grosso, à Rua P s/nº, bairro Cajus, CEP: 78810-000. Este Estabelecimento de ensino possui uma área construída de 650M2 por 48,00M2 possui sete (Sete) salas de aula com 39,60M2 por 48,00M2, possui uma sala de professores e direção com 20,70M2, uma sala para computação com 37,35M2.

A Escola está instalada em uma área sem asfalto e com pouco movimento, é toda murada, com portão pequeno para entrada dos alunos e outro maior para entrada de veículos, possui 15 (Quinze) computadores. Os banheiros são adaptados para deficientes físicos, as aulas de Educação física são realizadas no Ginásio de Esportes Municipal localizados a cerca de 150 (Cento e Cinquenta) metros de distância da Escola, por não haver espaço físico para as realizações destas aulas.

Há nesse espaço também um refeitório com 08 (oito) ventiladores instalados e um espaço amplo que serve como salão de eventos, com uma cozinha conjugada e Biblioteca. Nesse espaço do refeitório são servidos diariamente a merenda escolar, sendo essa em horários distintos, ou seja, nos dois turnos atendidos pela escola.

Os alimentos na qual a escola atende sua população de alunos são enviados pela Secretaria de Educação do Município de Juscimeira, e é avaliado por um profissional nutricionista que faz a avaliação nutricional dos alimentos em que é servido diariamente para as crianças que ali estudam.

De acordo com o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, Lei nº 11.947 de (2009, art 4) o objetivo do programa busca:

Atender as necessidades nutricionais dos estudantes contribui para o crescimento e o desenvolvimento durante sua permanência em sala de aula contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar. Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O cardápio servido em cada turno é variado, e avaliado de modo a suprir todas as necessidades nutricionais das crianças que ali estudam, pois, estas estão inseridas em famílias na qual possui uma renda baixa/media e precisam trabalhar o dia todo, contando ainda com atendimento da zona rural onde estes ficam horas no trajeto ida e volta . Podemos identificar assim a dificuldade que os professores enfrentam para transmitir uma educação alimentar de forma correta essas crianças.

A maior dificuldade vivenciada pelos professores nessa instituição fundamenta-se na educação vinda de casa, pois, os alunos e seus pais na grande maioria não têm uma relação de compromisso com a educação alimentar, pois, em grande parte são alheios a tais conceitos, pois, não estudaram não conhecendo assim a importância de uma boa alimentação para o desenvolvimento. Entendendo assim que a participação de toda a comunidade escolar envolvendo desde a divulgação e apoio no processo torna-se fundamental para se obter êxito no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe como objetivo geral apresentar a importância da boa alimentação na Pré Escola e no Ensino Fundamental, para os alunos do 1º ciclo da escola Municipal Monteiro Lobato. Pretendeu-se com esse tema desenvolver um trabalho interdisciplinar, levantando curiosidades, e promovendo conhecimento prévio dos alunos acerca da temática.

Os alunos necessitam de um professor bem informado e preparado para trabalhar conteúdos voltados à saúde, no intuito de dar conta das exigências de uma educação moderna e atualizada, em um mundo globalizado, que desperte o interesse e a vontade da criança apropriar-se de novos conhecimentos e experiências positivas, a alegria da convivência e descobertas de saberes, valores e lições de cidadania que a acompanharão pela vida, tornando-a cidadã instruída, consciente de seus direitos e de seus deveres. Que saiba conviver e respeitar a diversidade, a natureza e faça pleno uso dos meios de informação e tecnologias disponíveis.

As questões sobre uma alimentação saudável estão interligadas com o seu cotidiano,

pois, serão de fundamental importância para caminhá-lo considerando que suas experiências é o ponto de partida para novos conceitos e novos hábitos, para que os mesmos possam ser adquiridos, como instrumentos essenciais para uma melhor qualidade de vida, proporcionando ao aluno a chance de conhecer, aprender, viver e interpretar novos conhecimentos sobre uma alimentação saudável.

Após todo o processo foi possível concluir que crianças bem alimentadas, durante o período do escolar são mais saudáveis, apresentam disposição para a realização das atividades, possui maior disponibilidade para brincar, desenvolver atividades que lhes dão prazer, desenvolvem-se nos conteúdos escolares diminuindo assim a evasão escolar.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Ana Lúcia de. **EDUCAÇÃO E SAÚDE**: hábito alimentar de crianças referentes à alimentação escolar. 2010. Disponível em: http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/fot_2560almeida_pdf.pdf. Acesso em: 16/01/2010

ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 4.

OCHSENHOFER, Karina. et al. **O papel da escola na formação da escolha alimentar**: Merenda escolar ou cantina? 2000. Disponível em: http://www.nutricao.fsp.usp.br/fsp/fsp_prod/P-3.html. Acesso em: 19/01/2010

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Lei nº 11.947 de 2009.

SHILS, Maurice E. et al. **Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença**. 9. ed. Barueri: Manole, 2003.v.1.

UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS NO ENSINO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Flávia Cristina Dias Lopes De Sousa¹

Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra²

RESUMO

A alimentação é o principal meio pelo qual os seres vivos podem obter a energia necessária para a manutenção de suas atividades metabólicas além promover satisfação, prazer enquanto se alimenta. Este trabalho teve por objetivo conhecer a relação entre a alimentação saudável e o ensino de ciências, visando observar a alimentação adotada pelos alunos do ensino fundamental bem como averiguar qual a percepção destes sobre a temática alimentação saudável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho participante onde se buscou a interação dos alunos para que a intervenção proposta acontecesse de forma eficaz. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual localizada no município de Jaciara/MT, sendo desenvolvida com os alunos do oitavo ano do ensino fundamental. Foi utilizado questionário para levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos e posteriormente a aplicação de um mapa conceitual, que são representações gráficas dos conceitos elaborados de forma clara e de maneira que não ocorram falhas entre suas lacunas, o que facilita a compreensão das informações propostas. Posteriormente, foi desenvolvida uma apostila educativa com o tema “utilização de mapa conceitual de forma dinâmica como facilitador do processo de aprendizagem”. Pode-se perceber a importância de atividades práticas e dinâmicas como meio facilitador do processo ensino-aprendizagem, mais precisamente no ensino de ciências – alimentação saudável. Portanto, uma vez que o educando consegue fazer essa associação, o processo de ensino terá sido eficaz: apreender a informação, conflitá-las com seus hábitos possibilitando então escolhas mais saudáveis.

Palavras-Chaves: Saúde, Aprendizagem, Ensino de ciências.

RESUMEN

La alimentación es el principal medio por el cual los seres vivos pueden obtener la energía necesaria para el mantenimiento de sus actividades metabólicas además de promover satisfacción, placer mientras se alimenta. Este trabajo tuvo por objetivo conocer la relación entre la alimentación sana y la enseñanza de las ciencias, visando observar la alimentación adoptada por los alumnos de la enseñanza fundamental así como averiguar cuál es la percepción de estos sobre la temática alimentación sana. Se trata de una investigación cualitativa de cunho participante donde se buscó la interacción de los alumnos para que la intervención propuesta ocurriera de forma eficaz. La investigación fue realizada en una escuela estatal ubicada en el municipio de Jaciara / MT, siendo desarrollada con los alumnos del octavo año de la enseñanza fundamental. Se utilizó un cuestionario para el levantamiento de los conocimientos previos de los alumnos y posteriormente la aplicación de un mapa conceptual, que son representaciones gráficas de los conceptos elaborados de forma clara y de manera que no ocurran fallas entre sus lagunas, lo que facilita la comprensión de las informaciones propuestas. Posteriormente, se desarrolló una apostila educativa con el tema "utilización de mapa conceptual de forma dinámica como facilitador del proceso de aprendizaje". Se puede percibir la importancia de actividades prácticas y dinámicas como medio facilitador del proceso enseñanza-aprendizaje, más precisamente en la enseñanza de las

ciencias - alimentación sana. Por lo tanto, una vez que el educando logra hacer esa asociación, el proceso de enseñanza habrá sido eficaz: agarrar la información, contrarrestarlas con sus hábitos posibilitando entonces elecciones más sanas.

Palabras claves: Salud, Aprendizaje, Enseñanza de las ciencias.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é o principal meio pelo qual os seres vivos podem obter a energia necessária para a manutenção de suas atividades físicas, mas também promove satisfação, prazer enquanto se alimenta. Vários alimentos podem conferir essas características de saciedade, satisfação, prazer sem necessariamente contribuir para uma alimentação saudável.

Este trabalho parte do interesse em conhecer se há relação entre a alimentação saudável e o ensino de ciências. Atualmente, nota-se um aumento considerável na propaganda e consumo de alimentos industrializados, alimentos com proporções nutricionais desiguais, que oferecem satisfação momentânea, porém não agregam ao organismo humano, nutrientes fundamentais.

Diante dessas informações, esta pesquisa objetivou conhecer a alimentação adotada pelos alunos do ensino fundamental bem como averiguar qual a visão destes alunos acerca da alimentação saudável e dos alimentos que os mesmos consomem diariamente. Sabe-se da importância de se resgatar hábitos alimentares mais saudáveis uma vez que o mesmo é essencial para o desenvolvimento do ser humano bem como a manutenção de suas atividades fisiológicas.

Quando a abordagem dos assuntos é realizada fazendo-se uma relação com a situação atual da sociedade em relação à alimentação, o aluno poderá situar-se frente à própria realidade observando então o tipo de alimentação que possui. Percebe-se então a importância da informação e que esta possa ser contextualizada permitindo a inserção do educando em meio a realidade proposta. A preocupação com a educação alimentar das crianças e adolescentes no ambiente escolar tem aumentado e isso em consequência ao aumento da obesidade e diabetes nessa faixa etária (ALBUQUERQUE 2010, p. 2).

Pesquisas têm ressaltado a importância de se trabalhar a temática alimentação saudável principalmente entre os adolescentes, promovendo informação e possibilitando o resgate de hábitos saudáveis para que possam ter uma melhor qualidade de vida. Entre as opções mais práticas para consumo, estão os alimentos industrializados não presentes apenas nas residências, mas também no ambiente escolar. Algumas escolas ainda possuem as famosas “cantinas” onde são vendidas balas, doces, salgados entre outros. O aluno tem a

possibilidade de escolher o que deseja consumir: o alimento preparado pela escola ou o alimento preparado pela indústria.

Sabe-se que a alimentação é primordial para a obtenção da qualidade de vida que se deseja alcançar. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é perceber a relação da alimentação saudável e o ensino de ciências. Para isso foi proposta uma intervenção na Escola Estadual Milton da Costa Ferreira, 8º ano (2ª fase/3º ciclo) por meio da realização de atividade prática envolvendo os alunos. A temática da atividade é a alimentação saudável buscando fazer com que o aluno tenha uma maior participação e apreensão dos conceitos “brincando”.

2 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: DIVERSIDADE E EQUILÍBRIO

Todos os seres vivos necessitam de alimentos nutritivos durante todo o seu ciclo de vida. Entretanto, é na adolescência que a demanda é maior, pois o organismo necessita constantemente desses nutrientes para que consiga desenvolver-se até atingir sua maturidade física. Para Marano (2013 p. 131) “alimentos são, pois, substâncias que, introduzidas no organismo, fornecem material para o crescimento e reparação dos tecidos, ou para os gastos de energia, assegurando ainda a normalidade funcional”. Para que este processo ocorra de forma satisfatória é necessário que o indivíduo tenha hábitos de vida mais saudáveis e também uma alimentação saudável, alimentação rica em substâncias capazes de nutrir e manter o bom funcionamento do metabolismo.

Villagelim (et al. 2012, p. 5) diz que a alimentação saudável é o encontro entre a alimentação e a saúde. Os alimentos além de conferir saciedade ao indivíduo também deve agregar benefícios a manutenção do estado de saúde. E complementa dizendo que a alimentação saudável deve tornar o sujeito autônomo na busca por conhecer a si, sua saúde buscando se alimentar de forma saudável sem perder a sua identidade. Ainda segundo Villagelim (et al. 2012, p. 5) saúde é “um conjunto de investimentos individuais e coletivos que nos possibilitam encarar as doenças como fenômeno que faz parte da vida e que inclui outras ordens além do corpo biológico como a dignidade, a cidadania”. Ou seja, saúde é a aptidão que os indivíduos desenvolvem para enfrentar possíveis problemas como acontecimento cotidiano sendo capazes de eliminá-los mantendo o estado de equilíbrio do corpo.

Saúde é um assunto sempre muito relevante em que se englobam vários aspectos. Muitas pessoas, por exemplo, associa saúde apenas a ausência de doenças. Muitas se

alimentam sem a preocupação em saber ao certo a procedência daquilo que estão consumindo. O Pcn's (2000 p. 51) define saúde como o estado característico de um corpo em equilíbrio em seus aspectos físico-psíquico-social.

Assim, para que este equilíbrio seja satisfatório, faz-se necessário entre outros fatores a presença de hábitos alimentares mais saudáveis principalmente na fase de desenvolvimento e crescimento onde é requerida uma quantidade maior de nutrientes para que este desenvolvimento aconteça em todos os aspectos sejam eles físicos, psíquicos e sociais. Uma vez que a alimentação exerce papel primordial para o bom desenvolvimento, é extremamente importante que os alunos tomem ciência de tal influencia e possam, através de algumas mudanças habituais em sua alimentação, atingirem as quantidades necessárias de substâncias nutritivas satisfatórias. Evangelista (2005, p. 4) também ressalta a importância de uma alimentação onde a ingestão de nutrientes seja diversificada, segundo ele: "Os nutrientes são substâncias químicas imprescindíveis à vida e a saúde do ser vivo e são constituídos por proteínas, glícides, lípides, minerais, vitaminas, água e celulose".

3 ALIMENTAÇÃO E O ENSINO DE CIÊNCIAS

O ambiente escolar é um local propício e diferenciado para a aquisição de diferentes conhecimentos uma vez que o aluno deixa de conviver apenas com a família passando a interagir e a vivenciar novas experiências, novos hábitos entre eles hábitos alimentares. Ramos (2013),

Entende-se que a escola apresenta um ambiente privilegiado para programas de educação alimentar e essa conjuntura vem sendo considerada na formulação de políticas públicas em alimentação e nutrição [...] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[...]apresenta entre seus objetivos a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de EAN (RAMOS 2013, p. 2,3)

O professor tem um papel importante em contribuição para o desenvolvimento da saúde dos alunos, ao falar sobre hábitos alimentares, é importante associá-los ao desenvolvimento corpóreo fazendo relação entre alimentação e nutrição. Nesse sentido deve-se priorizar para os alunos informações não apenas voltada para o mundo, mas também para o seu próprio bem estar.

O aluno deve ser instigado a fazer associações relacionadas a importância de hábitos alimentares mais saudáveis. Albuquerque (2010), diz que a preferência alimentar ocorre no

processo de aprendizagem e ressalta ainda a importância do professor enquanto influencia através dos conteúdos nesse processo de escolha. Ao falar sobre o sistema circulatório, por exemplo, o professor pode relacionar os caminhos percorridos pelos nutrientes que são transportados até as mais remotas células do corpo e sua importância para o desempenho de uma determinada função e a relação desta atividade com os alimentos que fornecem esses nutrientes essenciais. Todos os sistemas devem trabalhar em perfeita harmonia, pois do contrário, o desenvolvimento não será satisfatório.

O documento Pcn (2000), dá ênfase a importância dessa relação de aprendizado no âmbito escolar, tais informações passam a serem refletidas pelo sujeito em todas as suas dimensões. A forma com que se aprende fica registrada no corpo, logo, deduz-se que o corpo pode revelar a história do sujeito, suas escolhas e também seus hábitos alimentares. Esse registro pode se manifestar nas interações sociais, afetivas e manifestar-se ou não nas necessidades biológicas do indivíduo.

Para Prigol e Giannotti (2008, p. 4) “A disciplina de Ciências Naturais é uma disciplina na qual a prática não deveria ser desvinculada da teoria. Por isso, acredita-se que o reconhecimento por parte dos alunos na construção do pensamento científico, atesta o caráter investigativo das aulas práticas”. Nesse sentido, o professor enquanto mediador do conhecimento deve selecionar os conteúdos que considerar relevante e inseri-lo na aula a ser ministrada. Ou seja, propor situações cotidianas aos alunos em que eles possam fazer uso de conceitos apresentados em sala.

Segundo Nardi (2009), a ciência além de direcionar práticas sociais possibilitando a resolução de conflitos, também contribui para a geração de conhecimentos significativos, conhecimentos estes que após análises e levantamentos de dados tornam-se relevantes e aplicáveis. O conteúdo que é proposto para ser aplicado no ensino de ciências pressupõe-se que já tenham sido devidamente analisados cabendo ao professor aprofundar-se nessas teorias ressaltando sempre sua importância e relevância para os alunos, preparando aulas com conteúdos necessários, buscando por metodologias que associem aprendizagem e prática. Segundo Zidoi (2009, p.9) “A inserção de atividades experimentais na prática docente é uma importante ferramenta de ensino e aprendizagem”.

Zidoi (2009, p. 2) diz que a realização de atividades práticas no ensino de ciências ajuda os alunos a obterem conhecimentos sobre fenômenos naturais através de uma primeira experiência ou de novas experiências facilitando o contato com a natureza e com o fenômeno estudado. O professor deveria, portanto, no âmbito de suas atividades, fazer com que o aluno

no momento da aprendizagem sobre os alimentos, a alimentação, o desenvolvimento dos diversos sistemas, correlacione essas informações com uma melhor qualidade de vida ressaltando sempre a importância de uma alimentação equilibrada e a escolha correta dos alimentos a serem consumidos assim, faz-se necessário que além de conteúdos o professor propicie atividades praticas como facilitadora do processo de aprendizagem.

4 ALIMENTAÇÃO E ENSINO: UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS

O mapa conceitual trata-se de uma ferramenta bastante usual que pode ser utilizado para diversas finalidades como, sistematização e apresentação de ideias de uma forma organizada e ramificada, trata-se, portanto, do mapeamento das ideias com o objetivo de seguir uma ordem que facilite o processo de interpretação e compreensão. Segundo Rangel, Lamego e Gomes (2012, p. 8) “o conceito de mapeamento deixa de ser utilizado apenas como instrumento de referência geográfica, ampliando suas possibilidades enquanto dispositivo facilitador do entendimento dos processos cognitivos”.

Esta ferramenta pode auxiliar tanto o professor quanto os alunos a organizarem seus estudos e conteúdos referentes a cada temática. Segundo Gava (et al, 2003, p. 3) os mapas conceituais “são representações gráficas de conceitos, semelhantes a diagramas, em um domínio específico de conhecimento, construídos de tal forma que os relacionamentos entre os conceitos são evidentes”. Ou seja, são elaborados de forma clara e especifica de maneira que não ocorram falhas entre suas lacunas facilitando a compreensão das informações a serem apresentadas. Moreno (et al, 2007) também diz que,

Num sentido amplo, os mapas conceituais são diagramas que indicam relações entre conceitos incluídos numa estrutura hierárquica de proposições. Conceitos representam regularidades percebidas em acontecimentos, objetos ou seus registros, designados por um rótulo (MORENO Et al, 2007, p. 2)

É eficaz uma opção de ensino eficaz e que pode ser utilizado em sala de aula. O processo de aprendizagem é extenso e gradativo, varias informações são transmitidas sucessivamente fazendo com que ocorra uma relação entre os conteúdos abordados. Organizar essas ideias nem sempre é uma tarefa fácil, o mapa conceitual possui essa função: auxiliar na organização de ideias. Gava (et al, 2003) diz que são muitas as formas utilizadas para explicitar os conhecimentos adquiridos no processo ensino-aprendizagem principalmente a utilização e produção de textos. Entretanto, “existem outras formas para representar esse

conhecimento, sendo uma delas os mapas conceituais” (GAVA et al, 2003, p. 2). Estes por sua vez auxiliam nos processos de sistematização e sínteses de trabalhos. Sendo assim,

A confecção de um texto geralmente exige maior esforço cognitivo, pois requer, além do conhecimento propriamente dito, uma organização sequencial, a adoção de um estilo (escrever sempre na segunda pessoa), a observância de regras gramaticais, a preocupação com forma (tipo de letra, cor, tamanho) etc [...] Consideramos que em algumas situações como, por exemplo, para a confecção de uma síntese, o uso de mapas conceituais possui algumas vantagens em relação ao uso do texto clássico. (GAVA et al, 2003, p. 2)

Assim, os mapas conceituais podem ser utilizados em vários momentos pelos alunos, favorecendo a síntese de ideias de forma estruturada e organizada, o que auxilia em uma posterior análise e busca pelos conteúdos sistematizados. Trata-se de uma importante ferramenta que merece ser explorada dentro da sala de aula.

5 RESULTADOS

Para o desenvolvimento da atividade foram previamente desenhadas as ramificações do mapa conceitual no quadro branco, com o auxílio de um pincel com o total de lacunas a serem preenchidas. Os materiais utilizados foram pensados de forma a facilitar o trabalho do professor, sendo de baixo custo ou até mesmo disponíveis na própria escola, não havendo, portanto, dificuldades em realizar a atividade. As informações que preenchem as lacunas do mapa conceitual foram impressas, recortadas e, no decorrer da atividade, anexadas às lacunas com o auxílio de fita adesiva. Foram elaboradas perguntas sobre a temática alimentação saudável cujas respostas equivalentes estavam todas juntas e dispostas sobre uma caixa.

À medida que as perguntas eram realizadas os alunos procuravam pelas referidas respostas anexando-as nas lacunas correspondentes até o completo preenchimento do mapa conceitual.



Figura 1 – aluna escolhendo a opção de resposta Figura 2 – aluno anexando a resposta junto ao mapa

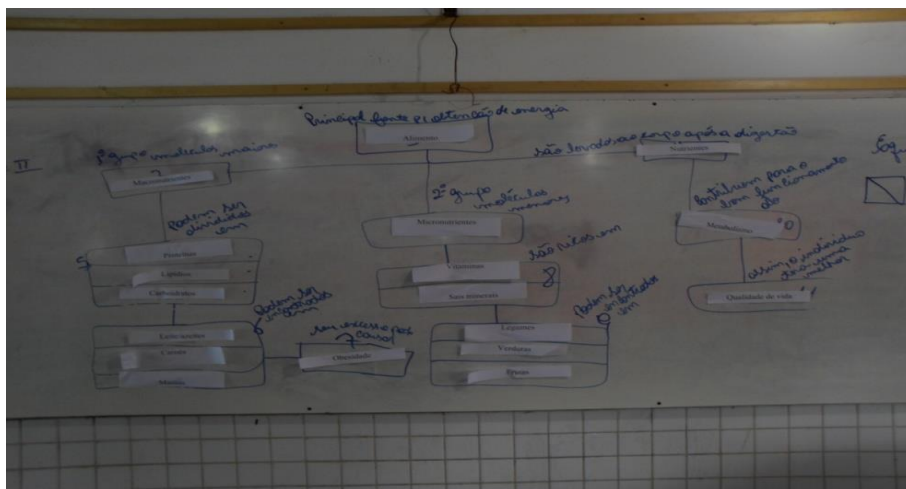


Figura 3 – mapa conceitual pronto com todas as respostas já anexadas*

Em análise as atividades, os alunos se posicionaram em círculos onde puderam se manifestar emitindo suas opiniões. As opiniões dos alunos A e B seguem como exemplificação de suas participações a atividade realizada. Ao serem indagados sobre suas opiniões diante da atividade realizada, o aluno A disse que “por ser uma brincadeira é mais fácil compreender o conteúdo”. A aluna B foi enfática ao caracterizar a atividade proposta:

Acho que influencia muito no aprendizado porque você aprende de uma forma diferente é uma coisa mais gostosa de se aprender...entendeu, porque tem mais afinidade, tem mais vontade em aprender. Porque ‘tipo’ se fosse em outra aula convencional você ficaria: há é igual as outras, não tem nada de interessante pra mim, eu vou ficar no meu lugar. Você aprende mais.

Assim, diante das respostas referentes à atividade realizada e dos referenciais analisados, pode-se perceber a importância de atividades práticas e de caráter dinâmico como meio facilitados do processo ensino-aprendizagem, mais precisamente no ensino de ciências – alimentação saudável e o ensino de ciências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de hábitos saudáveis é algo que deve ser estimulado desde cedo no indivíduo, porém, quando tais estímulos não acontecem ou não surtem efeitos nos hábitos do indivíduo, a escola passa então a exercer o papel de levar essa informação aos alunos ao

tempo em que propõe atividades que os permitam sistematizar as ideias correlacionando com a qualidade de vida que se deseja alcançar.

O ensino de ciências exerce papel importante para a associação de ideias sobre alimentação saudável, permitindo ao aluno compreender a importância da diversidade de alimentos necessários para a manutenção das funções metabólicas. Informar os alunos e dar-lhes a oportunidade de escolha, esse também deve ser o papel da escola. Diante da informação, de seus pontos positivos e negativos, e da influência que suas escolhas podem ter sobre a sua qualidade de vida, estes podem se tornar mais críticos com os alimentos que irão escolher para o seu consumo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. L. B; MENEZES, C. S. **Educação alimentar na escola: em busca de uma vida saudável**. Eixo Temático 6 – Educação, Ciências e Tecnologias. Ano: 2010. Disponível <

http://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/III_EPEPE/educacao_alimentar_na_escola.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais** / Secretaria de Educação Fundamental. – 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

EVANGELISTA, J; **Alimentos – um estudo abrangente: nutrição, utilização, alimentos especiais e irradiados, coadjuvantes, contaminação, interações**. – São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

GAVA, T. B. S; MENEZES, C. S. de; CURY, D. **Aplicações de Mapas Conceituais na Educação como Ferramenta MetaCognitiva**. Departamento de Informática – UFES, 2003. Pesquisado em 08/02/2015 as 17h00min.

MARANO, V; P. **Noções Básicas de Citologia, Histologia – Anatomia e Fisiologia Humana**. – São Paulo: LTr, 2013.

NARDI, R. (org.). **Questões Atuais no Ensino de Ciências**. -2. Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

PRIGOL, S; GIANNOTTI, S, M. **A importância da utilização de praticas no processo de ensino-aprendizagem de ciências naturais enfocando a morfologia da flor**. 1º simposio nacional de educação, XX semana da pedagogia. Unioeste, cascavel-PR, 2008, 12 pag.

RAMOS, F. P; SANTOS, L. A. da S; REIS, A. B. C. **Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(11):2147-2161, nov, 2013

RANGEL-S, M. L.; LAMEGO, G.; GOMES, A. L. C.; **Alimentação saudável: acesso à informação via mapas de navegação na internet.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 22 [3]: 919-939, 2012.

VILLAGELIM, A.S.B. et al. **A vida não pode ser feita só de sonhos: reflexões sobre publicidade e alimentação saudável.** Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):681-686, 2012. 6 páginas.

ZIDOI, M. C; ZUKOVSKI, L. **Avaliação da receptividade das aulas práticas de ciências no ensino fundamental/ Revista eletrônica de Educação.** Ano V. n° 09, jul./dez. 2009 11 pág.